



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA  
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ELISEUDA XAVIER TÁVORA**

**O EMPREGO FEMININO NO CEARÁ: UMA ANÁLISE  
SETORIAL E REGIONAL NO PERÍODO DE 2000 A 2010.**

**FORTALEZA  
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÀ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA**  
**CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ELISEUDA XAVIER TÁVORA**

**O EMPREGO FEMININO NO CEARÁ: UMA ANÁLISE**  
**SETORIAL E REGIONAL NO PERÍODO DE 2000 A 2010.**

Monografia apresentada ao curso de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Prof. Antônio Lisboa Teles da Rosa.

**FORTALEZA**

**2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

---

T237e Távora, Eliseuda Xavier.

O emprego feminino no Ceará: uma análise setorial e regional no período de 2000 a 2010 /  
Eliseuda Xavier Távora. – 2012.  
72 f.; il.; enc.; 30 cm.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2012.  
Orientação: Prof. Dr. Antônio Lisboa Teles da Rosa.

1.Mercado de trabalho – Ceará 2. Mulheres - emprego I. Título.

**ELISEUDA XAVIER TÁVORA**

**O EMPREGO FEMININO NO CEARÁ: UMA ANÁLISE  
SETORIAL E REGIONAL NO PERÍODO DE 2000 A 2010.**

Monografia apresentada ao curso de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Prof. Antônio Lisboa Teles da Rosa.

Data da Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Antônio Lisboa Teles da Rosa (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Marcelo de Castro Callado  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Sandra Maria dos Santos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força, coragem e perseverança nos momentos mais difíceis da minha jornada. A ele também por essa realização na história da minha vida.

Aos meus pais, José Xavier Távora e Maria das Graças Xavier por me darem a vida, principalmente a minha mãe por seu amor e por ter me proporcionado tudo o que sonhei, sem ela eu não teria chegado aqui.

A todos os meus irmãos, por sua ajuda e colaboração. A minha irmã Lucileide, por seu amor e por sua ajuda durante toda essa minha jornada.

As minhas sobrinhas Edilene e Auxiliadora pelo seu carinho constante e por terem acreditado em mim, pelo apoio e incentivos.

Ao meu querido filho, pois foi por ele que tive força e coragem para continuar, para que ele possa colher os frutos desse trabalho.

Ao professor Antônio Lisboa Teles da Rosa por sua brilhante orientação, pela paciência e dedicação em colaborar para a realização desta monografia, sem as quais não seria possível o término deste trabalho.

Aos professores, Marcelo de Castro Callado e Sandra Maria dos Santos por sua ajuda e disponibilidade para com este trabalho, por terem dedicado um pouco de seu tempo em prol deste trabalho, bem como pelos conhecimentos transmitidos em suas disciplinas.

Aos meus amigos de faculdade por todos os momentos felizes com que dividi esta longa caminhada, tudo o que aconteceu aos meus dias de curso, junto com eles ficará guardado para sempre na minha memória.

A universidade Federal do Ceará pelo ensino de qualidade. Aos eternos professores que com seus exemplos de sabedoria e dedicação ao ensino me transmitiram o conhecimento e a responsabilidade de ser Bacharel em Economia.

Enfim, a todos os que contribuíram, de alguma forma para a realização desta monografia e também da conquista dos meus objetivos.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo principal realizar uma análise da distribuição setorial e regional do emprego formal feminino no estado do Ceará entre os anos de 2000 a 2010. Para efeito de comparação, também será feita uma análise da evolução destas variáveis para os homens. Para a seleção dos setores foi utilizado a classificação da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS) de grande (Setor de Atividade Econômica). Já para seleção das regiões foram utilizadas as mesorregiões agregadas de municípios que divide o estado do Ceará em sete grandes mesorregiões também da (RAIS). Será utilizado também o índice de Dissimilaridade proposto por Duncan e Duncan (1995).

Palavras-chave: Mulher, emprego formal, setores, mesorregiões, segregação.

## **ABSTRACT**

This work aims at providing an analysis of regional and sectoral distribution of formal employment in the state of Ceará women between the years 2000 to 2010. For comparison purposes, will also be an analysis of the evolution of these variables for men. For the selection of sectors was used to classify the Annual List of Social Indicators (RAIS) great (Sector of Economic Activity). As for the selection of regions were used mesoregions aggregated municipalities that divides the state of Ceará in the seven major mesoregions also (RAIS). Is also used the index of dissimilarity proposed by Duncan and Duncan (1995).

Keywords: Woman, formal employment sectors, meso, segregation.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Evolução do emprego formal por gênero no Ceará entre 2000 e 2010.....	38
Gráfico 2– Comparação do emprego formal entre a Mesorregião Metropolitana de Fortaleza e as outras mesorregiões do Ceará no ano 2000 .....	44
Gráfico 3– Comparação do emprego formal entre a Mesorregião Metropolitana de Fortaleza e as outras mesorregiões do Ceará no ano 2010 .....	44
Gráfico 4- Crescimento do emprego formal feminino por setor de Atividade Econômica no Ceará entre 2000 e 2010 .....	46
Gráfico 5 – Crescimento do emprego formal masculino por setor de Atividade Econômica no Ceará entre 2000 e 2010 .....	46
Gráfico 6-Comparação setorial do emprego formal feminino na mesorregião Noroeste Cearense em 2000 e 2010 .....	50
Gráfico 7-Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Norte Cearense em 2000 e 2010 .....	52
Gráfico 8-Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Metropolitana de Fortaleza em 2000 e 2010 .....	54
Gráfico 9-Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Sertões Cearense em 2000 e 2010 .....	56
Gráfico 10-Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Jaguaribe Cearense em 2000 e 2010 .....	58
Gráfico 11-Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Centro Sul Cearense em 2000 e 2010 .....	60
Gráfico 12-Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Sul Cearense em 2000 e 2010 .....	62



## LISTA DE TABELAS

Tabela1-População total empregada nas mesorregiões do Ceará de 2000 a 2010 .....	37
Tabela 2-Distribuição por gênero nos setores do emprego formal no Ceará em 2000 .....	39
Tabela 3-Distribuição por gênero nos setores do emprego formal no Ceará em 2010 .....	40
Tabela 4-Distribuição por gênero do emprego formal nas mesorregiões do Ceará de 2000 a 2010.....	42
Tabela 5-Taxa de crescimento dos setores no emprego formal do Ceará de 2000 a 2010 ....	45
Tabela 6-Taxa de crescimento do emprego formal nas mesorregiões do Ceará de 2000 a 2010.....	47
Tabela 7 - Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica-mesorregião Noroeste cearense-2000 a 2010.....	49
Tabela 8 - Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica Mesorregião Norte Ceará 2000 a 2010 .....	51
Tabela 9 – Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica Mesorregião Metropolitana de Fortaleza- 2000 a 2010 .....	53
Tabela 10 – Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica Mesorregião Sertões Cearense- 2000 a 2010 .....	55
Tabela 11 – Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica Mesorregião Jaguaribe Cearense -2000 a 2010.....	57
Tabela 12- Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica Mesorregião Centro Sul Cearense- 2000 a 2010 .....	59
Tabela 13- Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica Mesorregião Sul Cearense-2000 a 2010 .....	61
Tabela 14- Taxa de segregação do emprego formal do Ceará em 2000 .....	64
Tabela 15 – Taxa de segregação do emprego formal do Ceará em 2010 .....	66
Tabela 16- Taxa de segregação do emprego formal nas sete mesorregiões do Ceará em 2000, 2005 e 2010 .....	67

## SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS .....	8
LISTA DE TABELAS .....	9
1 INTRODUÇÃO .....	12
2 MERCADO DE TRABALHO, FUNCIONAMNETO, INDICADORES .....	14
2.1 O conceito de trabalho .....	14
2.2 Funcionamento do mercado de trabalho .....	16
2.3 Indicadores do mercado de trabalho .....	18
2.4 O mercado de trabalho brasileiro .....	21
3. A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO .....	24
3.1 A mulher no mercado de trabalho brasileiro .....	27
3.2 Segregação da mulher no mercado de trabalho.....	29
5. O EMPREGO FEMININO NO CEARÁ NO PERÍODO DE 2000 A 2010 .....	35
5.1. População total empregada nas mesorregiões do Ceará no período de 2000 a 2010 .....	37
5.3. Distribuição por gênero nos setores do emprego formal no Ceará em 2000 .....	38
5.4. Distribuição por gênero nos setores do emprego formal no Ceará em 2010.....	40
5.5. Distribuição por gênero nas mesorregiões do Ceará de 2000 a 2010 .....	42
5.6. Taxa de crescimento dos setores no emprego formal do Ceará no período de 2000 á 2010.....	45
5.7. Taxa de crescimento do emprego formal nas mesorregiões do Ceará de 2000 a 2010 ....	47
6. DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL FEMININO POR MESORREGIÕES DO CEARÁ ENTRE 2000 A 2010 .....	48
6.1. Mesorregião Noroeste Cearense .....	49
6.2. Mesorregião Norte Cearense .....	50
6.3. Mesorregião Metropolitana de Fortaleza .....	52
6.4. Mesorregião Sertões Cearense .....	54
6.5. Mesorregião Jaguaribe Cearense .....	56
6.6. Mesorregião Centro Sul Cearense .....	58
6.7. Mesorregião Sul Cearense .....	60

7. SEGREGAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO CEARÁ; UMA ANÁLISE EXPLANATÓRIA A PARTIR DOS DADOS DA RAIS NO PERÍODO DE 2000 A	
2010.....	63
7.1. Taxa de segregação setorial no emprego formal do Ceará em 2000 .....	64
7.2. Taxa de segregação setorial no emprego formal do Ceará em 2010 .....	65
7.3. Taxa de segregação do emprego formal nas sete mesorregiões do Ceará no ano 2000,2005 e 2010 .....	67
7.4. Taxa de segregação do emprego formal na cidade de Fortaleza no ano 2010 .....	68
CONCLUSÃO .....	71
REFERÊNCIAS .....	73
ANEXO 1 – Distribuição por gênero nos setores do emprego formal na cidade de Fortaleza em 2010 .....	75

## 1.INTRODUÇÃO

A sociedade atual vem passando por várias mudanças, tanto sociais quanto econômicas e isso tem possibilitado uma maior inclusão do sexo feminino na sociedade. Esta vem se dando, principalmente na atividade produtiva, onde a participação da mulher no mercado de trabalho é crescente. E a Constituição Brasileira de 1988 representa um marco jurídico de uma nova tendência que vem ocorrendo, a concepção de igualdade entre homens e mulheres. Esse é um reflexo da impressionante transformação social que se formou a partir da segunda metade do século vinte e que ainda continua. Isso mostra a superação de um paradigma jurídico que legitimava declaradamente a organização patriarcal e a consequente preferência do homem ante a mulher, especialmente na casa familiar.

Dados do IBGE de 2003, mostram que a taxa de crescimento de mulheres que entram no mercado de trabalho já é de 50% ultrapassando à média da América Latina de 45%, mais ainda inferior à média de diversos países desenvolvidos. Mas apesar dos dados positivos, há uma grande maioria de mulheres, especialmente aquelas mais pobres e com pouca escolaridade, que ainda enfrentam muitas dificuldades, para poder entrar no mercado de trabalho.

Assim como vem ocorrendo com as mulheres do mundo inteiro a mulher cearense da atualidade não é a mesma de antes, ou seja, não tem o mesmo perfil daquelas que se realizavam, fazendo apenas os trabalhos domésticos. Hoje os valores femininos são outros. A prova disso é que ela está mais presente no mercado de trabalho e vem ampliando seu espaço na economia cearense. Vem aumentando seu poder aquisitivo, melhorando o nível de escolaridade e reduzindo a defasagem salarial que ainda existe em relação ao homem. Além da diminuição da sua taxa de fecundidade. A mulher vem ocupando seu espaço no setor econômico cearense prova disso é que vem exercendo diferentes cargos, muitos dos quais eram apenas exclusividade masculina e destacando-se em diferentes setores, do mais simples até o mais alto nível. Isso mostra o rompimento de uma forte estrutura hierárquica empresarial moldada pelo homem a partir da Era Industrial.

Apesar de a mulher vir lutando pelo seu espaço na sociedade, ela ainda tem que cumprir com suas obrigações que por natureza lhes foram dadas: ser mãe, esposa, e dona de casa. Nesse contexto de transformações, a mulher precisa vencer barreiras, preconceitos e adaptar-se ao novo contexto em que se encontra a economia cearense, inserindo-se ao novo modelo de organização industrial.

A situação da mulher no mercado de trabalho atual requer estudos e análises que esclareçam melhor a realidade sócio econômica em que a mesma está inserida. Por isso esse trabalho tem como objetivo analisar o emprego feminino no estado do Ceará, no período de 2000 a 2010 fazendo uma análise por setores e por mesorregiões. Para efeito de comparação analisar-se-á também a situação do gênero masculino.

O delineamento da pesquisa será feito através do levantamento de dados, pesquisa documental e bibliográfica. Com isso pretende-se realizar uma pesquisa exploratória para melhor entender o problema ou construir hipóteses. Para realização desse objetivo, recorre-se a literatura de autores singulares e coletivos com ênfase na área da inclusão da mulher no mercado de trabalho. Serão utilizados também dados de instituições nacionais de pesquisas e estatísticas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sistema Nacional de Empregos (SINE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Quanto aos critérios a serem utilizados para análise dos dados, será feita uma pesquisa quantitativa, verificando-se os dados secundários envolvidos neste trabalho, fazendo a interpretação dos dados encontrados. Será utilizado também o Índice de Dissimilaridade proposto por Duncan e Duncan (1995). Esse índice mostra a porcentagem de cada grupo (homens ou mulheres) que teria de trocar de ocupação para alcançar as distribuições iguais por sexo, ou seja, a integração completa. Além da introdução, a segunda seção fará uma abordagem sobre o mercado de trabalho, como ele funciona e os seus indicadores.

A terceira seção apresentará a evolução histórica da inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como a mulher no mercado de trabalho brasileiro e a segregação da mulher no mercado de trabalho. A quarta seção mostrará a situação do emprego formal feminino no estado do Ceará no período de 2000 a 2010, fazendo uma análise por setores e por mesorregiões interpretando os dados encontrados. A quinta seção fará uma análise da distribuição setorial do emprego formal feminino nas sete mesorregiões do Ceará no período entre 2000 e 2010. A sexta seção fará uma análise do nível de segregação setorial existente no emprego formal no estado do Ceará e também o nível de segregação existente entre as sete mesorregiões analisadas. Mostrará também se existe segregação setorial para o emprego formal na cidade de Fortaleza. E por fim virá a conclusão mostrando os resultados encontrados, bem como os pontos positivos e negativos da análise

## **2. MERCADO DE TRABALHO, FUNCIONAMENTO, INDICADORES.**

### **2.1 O conceito de trabalho.**

O trabalho é uma prática tipicamente humana e que desde os primórdios da civilização teve um papel fundamental no desenvolvimento do homem, tanto na inserção de cada indivíduo na sociedade e na decorrente formação de sua identidade quanto na constituição e na sustentação da sociedade, principalmente nos Estados Nacionais modernos fundados na concepção do contrato social Castel (1998). Para Gorz (2003) o ser humano transforma a natureza tirando dela todos os benefícios necessários a sua sobrevivência, cria conhecimento, produz cultura e faz tudo isso através do trabalho; no entanto ao longo da história da humanidade, essa condição não foi compartilhada livremente e nem igualmente. De acordo com Marx (1867) por meio do trabalho, tanto as pessoas como a sociedade se desenvolvem. Nesse sentido, o trabalho pode ser uma atividade libertadora e, assim tornar-se um dos fatores de auto-realização humana. Por meio da força de trabalho, como apontou Marx pode-se produzir o necessário para a subsistência humana.

Entretanto, a mesma mão-de-obra, num segundo momento, produz a mais-valia, o trabalho-excedente, cuja forma distingue as diversas formações econômicas. A produção excedente funciona como um combustível que retroalimenta o sistema capitalista, atuando especificamente como atividade conformadora e operacionalizadora da força de trabalho, cujos resultados se revertem diretamente em benefício da produção social em detrimento do trabalhador Martins (2005).

Segundo Ramos (2007) o trabalho é uma mercadoria como outra qualquer comercializada no mercado e que por isso teria um preço definido por sua oferta e demanda. Ainda de acordo com Ramos (2007) o trabalho possui uma dimensão social que antecede e supera a dimensão estritamente econômica, pode-se asseverar que as ações relativas ao mercado de trabalho são fundamentais para promover a equidade e o bem-estar da sociedade. Já a força de trabalho refere-se a todas as pessoas com mais de 10 anos que estão empregadas, buscando trabalho ativamente ou aguardando para serem chamadas de volta depois de dispensadas. A força de trabalho total, assim, consiste de empregados e desempregados.

Não se pode perder de vista, porém que além do aspecto de natureza econômica, o mercado de trabalho é antes de tudo um espaço de socialização do indivíduo. De acordo com Ana (2001) até pouco tempo, os vínculos trabalhistas eram caracterizadas por meio de contratos formais realizados entre ‘patrões’ e ‘empregados’, que normalmente se colocavam

em lugares opostos (com interesses divergentes), os sindicatos tendiam a ser fortes e a defender os interesses dos seus associados. Quanto mais tempo o trabalhador ficasse em uma empresa, maiores eram suas chances de ‘fazer carreira’ e menor a possibilidade de ser rompido o vínculo trabalhista. Para Ana (2001) o perfil do trabalhador médio era constituído por indivíduos do sexo masculino, de baixa escolaridade, formado ‘no chão de fábrica’, que trabalhava nas indústrias, diretamente nas linhas de produção. Hoje a situação é bem diferente.

Segundo Ana (2001) o trabalhador da indústria já não é mais dominante, está mais escolarizado, compete com as trabalhadoras pelas vagas no mercado de trabalho, não tem a garantia do emprego para toda a vida, interessa-se menos pela associação junto aos sindicatos tradicionais, está submetido a pressões crescentes para aumentar sua produtividade, corre mais riscos de se ver desempregado, tem maior possibilidade de negociar seus rendimentos em função do valor que agrega à produção. Em outras palavras, as noções de trabalho/emprego/segurança social, tratadas quase como sinônimas, mudaram com o passar do tempo, em interação com a evolução da sociedade e das condições da produção. Assim como mudaram as realidades que se escondem por trás dessas noções.

Vários são os fatores que, conjuntamente e em interação, contribuíram para a construção desta nova realidade do trabalho. Entre eles a globalização econômica e a disseminação das inovações tecnológicas e organizacionais; as transformações no papel dos estados; a disseminação do individualismo como valor nas sociedades contemporâneas; e o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. O impacto desses fatores, por sua vez, pode ser percebido na nova configuração do mercado de trabalho, com o aumento do nível de desemprego, o crescimento da informalização nas relações trabalhistas, o deslocamento setorial do emprego, e a transformação nos requisitos funcionais, com a exigência de novas habilidades e competências, bem como da polivalência funcional.

Em se tratando do mundo do trabalho, nada indica que o processo de transformações iniciado tenha chegado à maturidade. Muitos e surpreendentes eventos ainda virão, especialmente com os avanços da biotecnologia. Possivelmente, o processo de desemprego, exclusão social e de pauperização que vem atingindo as sociedades tornar-se-á ainda mais agudo, criando uma cisão maior entre os países. Mas permanece a esperança de que os atores sociais, organizados em instituições políticas e civis, busquem soluções para minimizar estes efeitos.

## 2.2. Funcionamento do mercado de trabalho.

Segundo Ramos (2007) de forma simplificada é possível admitir que são três os determinantes do desempenho do mercado de trabalho. O primeiro de cunho mais estrutural e que acaba sendo o principal determinante da natureza do seu funcionamento, são as instituições que o regem, as regulamentações e intervenções. O segundo determinante e mais sujeito a mudanças súbitas do que o anterior, são as condições macroeconômicas do país e de fora dele que ajudam a definir ou a delimitar a demanda por trabalho. O terceiro item está mais ligado à capacidade do mercado de trabalho de prover em grandezas absolutas valor.

Os componentes principais do mercado de trabalho são a quantidade e a qualidade da força de trabalho, que vão definir em boa medida a sua capacidade produtiva IPEA (2007). Muitos estudos consideram que a educação possui um papel de fundamental importância sobre os indicadores econômicos, em particular no desempenho, e nos rendimentos dos trabalhadores no mercado de trabalho. E esse desempenho é resultado de investimento em capital humano e que faz parte da grande diferença de produtividade entre os países Mankiw, Romer, will(1992).

Segundo o IBGE população economicamente ativa (PEA) compreende o potencial de mão-de-obra que está a disposição do setor produtivo. E essa população é classificada em ocupadas e desocupadas. Ocupadas são aquelas pessoas que trabalham para um empregador, cumpre uma jornada de trabalho e recebe uma remuneração pelo seu serviço. Ou seja ocupadas são todas aquelas pessoas que de alguma forma exercem uma atividade econômica, sejam empregadas, empregadores, por conta própria ou não remunerados. A população desocupadas são pessoas que não exercem uma atividade econômica, mas que estão dispostas a trabalhar e por isso procuram uma vaga no mercado de trabalho. Entre as várias mudanças no funcionamento do mercado de trabalho que implicaram rupturas no padrão histórico, um dos fenômenos mais marcantes, e que mais atenção despertou entre os especialistas e sociedade em geral, foi a proliferação das práticas informais.

Além da informalidade existem dois tipos de discriminação no mercado de trabalho. E essa discriminação têm consequências identificáveis pela PNAD: a discriminação contra negros e a discriminação contra mulheres. E uma variável que pode ser usada como régua para medir a discriminação é a renda de todos os trabalhadores, padronizada pelo número de horas em todos os tipos de trabalho.

Camargo (1998) afirma que do ponto de vista macroeconômico, a abertura comercial e a estabilização dos preços apresentam reflexos direto no desempenho do mercado



de trabalho. Para Grisse (2003) os países com maior abundância de mão-de-obra tendem a se tornar exportadores de produtos em cuja dotação de fatores, o fator preponderante seja a mão-de-obra, importando produtos requerentes de uma proporção mais acentuada de capital na sua produção. Tal modelo explicativo, além de aparentemente lógico, encontrou suporte em análises das pautas de trocas entre países industrializados e não industrializados, levando a crer que sua validade poderia ser estendida a quaisquer outras situações.

No entanto, as mudanças no processo de trabalho, sobretudo em formações capitalistas periféricas, caracterizam-se pela justaposição de formas tradicionais e inovadoras, ou seja, através do que se poderia chamar de “modernização conservadora” com fortes resquícios da segunda revolução industrial e tecnológica. Daí a manutenção e/ou revitalização dos princípios tayloristas fordistas, pela desqualificação e controle autoritário da força de trabalho Braverman (1977). Na realidade, a par dessas inovações tecnológicas, advieram mudanças organizacionais que causaram impactos imediatos em todo o processo de trabalho. Exemplarmente, ante a verticalização das empresas, promove-se a terceirização quando várias atividades passaram a ser externas, possibilitando maiores trocas entre os setores, a diversificação e ampliação do Setor Serviços, o enxugamento do quadro de pessoal das grandes empresas, etc.

Ainda na direção do aprofundamento da divisão do trabalho social, novos segmentos, refletindo a necessidade de rever custos e reduzir pessoal, indicam uma presumível terceirização da terceirização – a chamada quarteirização – que implica o concurso de novas empresas para gerenciar atividades que foram terceirizadas, ou seja, “um maior enxugamento dos setores próprios da empresa que gerenciam o trabalho das empresas terceirizadas” (PIRES 1998, p.47).

Segundo Grisse (2001), antigamente não havia interligação entre os mercados, tinha escassez de capital que é o fator de produção e as indústrias eram intensivas em mão-de-obra e essa força de trabalho não era especializada. Para Azuete (2010) as mudanças na economia mundial revelam um ponto consensual quanto à adequação dos recursos humanos às novas exigências do mercado de trabalho: a centralização da educação geral nesse novo cenário econômico, seja em função da maior competitividade requerida pela abertura da economia, seja pela difusão das novas formas de produzir (chamada de Terceira Revolução Industrial).

A maioria das empresas modernizam seus processos através da importação de equipamentos, pois pouco investem na capacitação dos trabalhadores, nem na

democratização das relações de trabalho; nem transformam os maiores ganhos de produtividade em melhores salários.

O discurso político e a preocupação acadêmica enfatizam a temática do mercado de trabalho. Por um lado, dizem que o desemprego é resultado da automação microeletrônica, como uma questão estrutural configurando o uso de uma tecnologia sofisticada e fragmentada, altamente poupadora de mão-de-obra. Por outro lado, é atribuído a questões conjunturais, onde os níveis de desemprego estão associados a componentes conjunturais, decorrentes da abertura comercial e da inserção competitiva. Enfim o mercado de trabalho é muito dinâmico, vai depender da estrutura produtiva de cada país, do tipo de política adotada, do funcionamento do mercado mundial, do intercâmbio comercial e de suas riquezas naturais. E todo esse conjunto de fatores é que vai determinar o potencial produtivo de cada país.

No entanto é esse potencial que vai determinar o mercado de trabalho de cada nação. E a partir dos anos 80 as transformações do capitalismo mundial atingiram sua complexidade e redefiniram os parâmetros produtivos, tecnológicos, de concentração de capitais, de globalização e instabilidade financeira e formação de blocos econômicos. A interdependência e o aprofundamento das relações entre as nações assumiram uma proporção tal que, se pode falar em globalização como um fenômeno marcante da década de 90.

No entanto, a identificação desse fenômeno é algo que continua a buscar uma conceituação. Em linhas gerais, pode-se dizer que a globalização corresponde, ao mesmo tempo, a uma mundialização de mercados e a uma reorganização da produção ROSELE (2010). Essas recentes mudanças no mundo do trabalho atravessam a vida da população, produzindo formas específicas de vínculos que não tem correspondido a uma ampliação do acesso à dignidade humana por intermédio do direito a trabalho e renda. Todos os segmentos sofrem tais efeitos, respeitadas suas particularidades que não atenuam e sim incrementam a problemática atual do trabalho. Por fim o mercado de trabalho constitui o mecanismo por meio do qual os trabalhadores e os empregos se interagem. Com o passar dos anos neste século, o número de alguns tipos de empregos expandiu-se e o número de outros tipos contraiu-se. Tanto trabalhadores como empregadores tiveram de se adaptar a essas mudanças em resposta a sinais enviados pelo mercado de trabalho.

### **2.3 Indicadores do mercado de trabalho**

De acordo com Chahad (1986) para avaliar o comportamento do mercado de trabalho uma série de indicadores são construídos, tais indicadores possibilitam tanto refletir

sobre o desempenho, quanto avaliar o comportamento da economia. Podem também ser utilizados como importantes fatores de orientação no processo de tomada de decisões, seja pelo governo seja pelas empresas, visando proporcionar melhorias no padrão de vida, nas condições de emprego e trabalho. Servem ainda para refletir estados de pobreza ou miséria, além de contribuir para a avaliação do nível de absorção de mão-de-obra e de seu grau de subutilização. Entre os mais relevantes temos os seguintes indicadores:

a) Taxa de participação na força de trabalho: Mede o tamanho relativo da força de trabalho, fornecendo uma aproximação do volume de oferta de emprego imediatamente disponível na economia. Esse indicador reflete o nível de engajamento da população nas atividades produtivas. Essa taxa também pode ser calculada para outras características como por exemplo, sexo, idade, estado civil, escolaridade, região.

b) Índice de emprego: Indica o contingente de trabalhadores disponíveis e utilizados pelas empresas. O Índice expressa-se como a relação entre o volume de empregados e o total da força de trabalho. Busca refletir o número de indivíduos que estão realmente exercendo atividades econômicas, relativamente a todos aqueles que potencialmente poderiam exercê-la. Fornece também uma avaliação da capacidade da economia em absorver o crescimento da população, num ambiente de constantes transformações tecnológicas, que afetam o comportamento das empresas quanto ao nível de emprego por elas desejado.

c) Taxa de desemprego: Este índice tende a refletir desequilíbrios no mercado de trabalho. A taxa de desemprego contabiliza aqueles indivíduos que estão aptos, saudáveis, e buscando trabalho, mas que não encontram ocupação à taxa de salários vigente no sistema econômico.

Existem diversas classificações de desemprego, segundo sua origem, todos ocorrendo simultaneamente e, desta forma, captadas pela taxa de desemprego, tradicionalmente calculada a partir de pesquisas primárias. As principais são:

1) Desemprego involuntário: ocorre quando o indivíduo deseja trabalhar à taxa de salário vigente no sistema econômico, mas não encontra ocupação. Também é denominado desemprego cíclico ou desemprego conjuntural.

2) Desemprego estrutural: ocorre quando o padrão de desenvolvimento econômico adotado exclui uma parcela dos trabalhadores do mercado de trabalho.

3) Desemprego friccional: surge em decorrência do processo dinâmico que caracteriza o mercado de trabalho, onde o sistema de informações sobre a oferta de vagas no sistema produtivo é imperfeito.

4) Desemprego sazonal: ocorre devido à sazonalidade de determinados tipos de atividade econômica.

Ainda de acordo com Chahad (1986) há: d) Índice de subemprego: Trata-se de um indicador do grau de subutilização da mão-de-obra. Historicamente o subemprego tende a representar a parcela da população subutilizada em decorrência do padrão de crescimento adotado, o qual exclui inúmeros segmentos da população do desempenho de atividades econômicas produtivas. Existem três definições sobre o conceito de subemprego. Tem o subemprego visível que é a diferença entre o volume real de horas trabalhadas pelo indivíduo e o volume de horas que ele poderia, de fato, trabalhar. Subemprego encoberto, define-se como a quantidade de mão-de-obra que seria possível liberar melhorando-se a organização e a distribuição das tarefas de trabalho, mantendo-se o nível de produção sem necessidade de novos investimentos em capital fixo, e sem modificação das formas de utilização do trabalho assalariado ou estrutura social de produção. E o subemprego potencial que é a quantidade de mão-de-obra que pode ser liberada, dado um nível de produção, por meio de mudanças nas condições de exploração dos recursos ou transformações na indústria ou agricultura.

e) Taxa de rotatividade da mão-de-obra: Representa os movimentos referentes às demissões e rescisões de contrato de trabalho, seja por iniciativa das empresas ou dos empregados, tanto podem representar desemprego da força de trabalho como também rotatividade da mão-de-obra. É necessário também separar o cálculo da rotatividade mensal do da rotatividade anual.

f) Índice de salários reais e salários nominais. A evolução do salário nominal, de um modo geral, responde tanto a aspectos institucionais, consubstanciados nas chamadas políticas salariais, como, igualmente, aos eventuais desequilíbrios observados no mercado de trabalho, sendo que o desemprego é o melhor indicador desse descompasso entre a oferta e a demanda de trabalho. A determinação do nível de salários nominais depende de alguns fatores, tais como as características dos trabalhadores (sexo, idade, escolaridade, experiência no trabalho, estado civil) e as da empresa ou setor de atividade (tamanho da firma, grau de capitalização, tipo de atividade, região). Nesse sentido, a política de fixação de salário mínimo também contribui para a formação dos pisos salariais. O salário real é obtido a partir da deflação do salário nominal ( $w$ ) por um índice de preços (IP). Em primeiro lugar, é importante saber qual deflator que está sendo utilizado. Se for um índice geral de preços (IGP), o indicador obtido tende a refletir o salário real no conceito de custo da mão de obra. Por outro lado, caso o deflator seja um índice de preço ao consumidor (PC), ou índice do custo de vida (ICV), o salário real resultante tende a revelar a evolução do poder de compra do trabalhador.

g) Índice de produtividade. A produtividade da mão-de-obra é um indicador do mercado de trabalho não só de modo isolado, mais porque vincula-se diretamente com os níveis de rendimento do trabalhador. Tradicionalmente é medida como:  $t q = L/Q$  onde, Q representa um determinado nível de produção, seja da empresa, setor, região, ou país, e L reflete o número de trabalhadores envolvidos na geração daquela produção. Uma característica semelhante às outras variáveis relativas ao mercado de trabalho é que a produtividade também possui caráter cíclico, acompanhando a evolução do nível de atividade econômica. Do ponto de vista das relações entre capital e trabalho, a produtividade é um elemento fundamental devido à sua importância como item de negociação coletiva.

E por fim segundo a Revista do BNDES (2007) há o índice de emprego formal (IEF) que é a relação entre o número de empregados formais e a população em idade ativa (PIA) em uma determinada localidade. Esse índice mostra a proporção de trabalhadores cuja relação de trabalho respeita a legislação e os direitos trabalhistas. Mas ele mostra muito mais do que isso. O IEF mostra a proporção de trabalhadores empregados em empresas modernas e inseridas de forma competitiva na economia nacional ou internacional. Essa maior competitividade ou produtividade é evidente pelo fato de o emprego formal incorrer em custos muito superiores, tanto em termos de impostos quanto em termos de direito.

Enfim, estes são os principais indicadores e através de sua análise é possível ter uma visão da situação do mercado de trabalho seja ele local ou nacional, é possível ter uma perspectiva do comportamento do mercado, do seu desempenho e principalmente por ser utilizados como importantes fatores de orientação no processo de tomada de decisões, seja pelo governo, seja pelas empresas. Portanto o mercado de trabalho não pode ser analisado isoladamente do contexto da economia. As modificações das principais variáveis que o determinam – salários, emprego, desemprego, rotatividade e produtividade – são condicionadas, basicamente, pelo nível e pela flutuação da atividade econômica.

#### **2.4 O mercado de trabalho brasileiro.**

O debate econômico em função da necessidade de os países assegurarem sua competitividade dentro de um cenário mundial vem ganhando muito espaço nos estudos atuais. E os países que buscam garantir seu espaço no cenário internacional precisam ficar atentos aos ganhos de produtividade. E o Brasil não fica fora desse processo, pois a década de noventa compreendeu um período de bastante diversidade no cenário econômico, tanto no plano interno, quanto no cenário internacional.

“As principais alterações começaram com a implementação do processo de abertura da economia, o que ensejou práticas de enxugamento da estrutura produtiva, mormente na indústria de transformação, com vistas a dotar de competitividade os produtos brasileiros Ramos (2002 )”. Ainda segundo Ramos (2002) foi implementado o plano real, que teve sucesso em reduzir e manter sob controle o processo inflacionário que vinha afligindo a economia nacional.

A redução das taxas de inflação influenciou o funcionamento do mercado de trabalho de forma marcante na medida em que reduziu sobremaneira a capacidade de este se ajustar através de variações no valor real dos salários. No início da década de 1990, a economia brasileira passou por um processo de liberalização comercial sem igual na sua história. Foram eliminadas barreiras tarifárias e não tarifárias o que resultou, entre outras coisas, em aumento da participação das exportações e importações do Produto Interno Bruto, Sousa (2001). Outra mudança importante na política econômica foi a mudança no regime cambial em 1999 que passou a ser flutuante. Para Brito (2002) uma das características do mercado de trabalho brasileiro é o aumento das relações informais e trabalho assalariado sem carteira e trabalho por conta própria, sendo que isto não é visto como positivo pois o crescimento da informalidade representa um foco de preocupação em relação à perda de arrecadação tributário.

A taxa de desemprego brasileira é fruto da dinâmica de dois indicadores relevantes, um é o nível de ocupação e o outro é a taxa de participação, que constituem respectivamente, a demanda e a oferta de mão-de-obra. Segundo Ramos (2002), o Plano Real, ao reduzir a inflação, alterou a dinâmica de ajuste rápido de salários reais e contabilidade das empresas. Com a âncora cambial e um mercado aberto ao exterior, a importação maciça de bens substituiu o mecanismo de aumento de preços existentes em épocas anteriores.

Em suma, a liberalização comercial foi rápida e extensa, afetando quase todos os setores da economia brasileira Arbache (2001). Portanto, a combinação dessas diferentes realidades econômicas repercutiu no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, que apresentou comportamentos distintos no que diz respeito a seus grandes agregados ao longo dos últimos anos.

Da mesma forma que o crescimento econômico é importante para gerar empregos, a educação é importante para ajustar os trabalhadores às novas modalidades de trabalho. A rigidez da legislação trabalhista e o excesso de encargos sociais, contribuem em grande parte, para a explosão do emprego informal. Se mantido o atual padrão de reorganização econômica,

não existem sinais, para os próximos anos, de que um volume mais elevado de ocupação seja criado por um maior dinamismo econômico. Desse modo, não se vislumbram perspectivas de que seja alterada a tendência de crescente exclusão do mercado de trabalho Dedecca (1998).

Assim os países além de necessitarem utilizar as inovações para poder competir internacionalmente, também necessitam centrar sua atenção na questão do emprego, em razão de seus efeitos sociais. Finalmente, convém salientar que a compreensão de aspectos pertinentes ao mercado de trabalho é importante no Brasil na medida em que se relaciona com outros aspectos relevantes, como crescimento populacional, necessidade de absorção de mão-de-obra, migrações e pobreza.

### **3.A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO.**

A medida que a sociedade urbana industrial se expandia sob a influência da tecnologia e com a justificativa dos princípios ideológicos da Revolução Francesa-liberdade, igualdade, fraternidade a mulher começou a ganhar espaço em áreas de trabalho que anteriormente eram reservadas ao homem Blay (1978).A resistência parecia vir em grande parte de uma “tradição” de subordinação da mulher, defendida por costumes, comportamentos preconceituosos e atitudes efetivas. Ao longo do processo histórico a maneira como organizaram-se as relações do homem e da mulher foram sendo abaladas e transformadas no sentido da igualdade, pela luta da mulher em busca de um papel feminino que não fosse mais o de complementaridade e submissa defendida pela tradição. Na era industrial, a inserção da mulher em profissões consideradas masculinas, pareceu consagrar a vitória de um novo ideal feminino. Portanto o progresso técnico-industrial foi importante pois, abriu novas e amplas possibilidades de trabalho para a mulher.

De acordo com Teixeira (2007) no período da industrialização as mulheres entraram no mercado de trabalho, sendo encarregado a elas a maior parte das funções e os lugares não qualificados. Essa separação do trabalho deu-se com a justificativa de que as mulheres não possuíam o conhecimento técnico para supervisionar os serviços. Foram essas situações fragmentadas do saber fazer e do ter o conhecimento técnico para determinado ofício, e, conseqüentemente, a valorização e remuneração dos respectivos trabalhos, que fizeram com que as mulheres se organizassem na tentativa de estabelecer relações igualitárias entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Acredita-se que a industrialização trouxe a ampliação de áreas urbanas e o desenvolvimento econômico, e com isso a sociedade deixa de usar o sexo como critério de definição de posições sociais. A mulher assim como o homem passaria a situar-se na estrutura social dimensionada por seu nível escolar, por sua habilitação profissional e por outras qualidades valorizadas pelos respectivos sistemas sociais nos quais estão inseridas. Alguns autores afirmam que Marx previra uma tendência à homogeneização da classe trabalhadora devido a perda da habilitação profissional, quando se expande o uso da máquina. As tarefas são consideradas qualificadas sendo critérios próprios, as estruturas sociais específicas.

Nesse contexto de transformações, a mulher precisa vencer barreiras, preconceitos e adaptar-se ao novo cenário em que se encontra a economia inserindo-se ao novo modelo de organização industrial.



Segundo Blay (1978) as variações históricas do grau de intensidade do trabalho feminino extradomiciliar explicam-se pelos contextos peculiares aos momentos históricos a que pertencem. Os regimes escravocratas, os períodos de economia exclusivamente agrária, e demais formas de organização econômica e de poder político usufruem de forças de trabalho necessárias aos respectivos momentos históricos de produção. A industrialização, como variável mais recente na organização econômica mundial, tem sido apontada como fator que explica fenômenos a ela relacionados direta ou indiretamente. A partir da década 50 o mundo passava por profundas mudanças devido a Segunda Guerra Mundial.

E o período anterior a guerra os homens em idade militar foram afastados do seu trabalho e conduzidos para frentes de batalha na guerra. E as mulheres os substituíam não só nas atividades que antes eram desempenhadas por eles, como também nas tarefas bélicas. Segundo Teixeira (2007) durante a primeira Guerra Mundial, além da função de enfermeira as mulheres ocuparam postos nas indústrias de confecção produzindo uniformes para soldados, paraquedas e outros artigos têxteis para o vestuário. As mulheres também foram solicitadas no meio rural, pois esse setor foi e é de grande importância para a existência da população. E a partir daí a força de trabalho feminina, ampliou-se e diversificou-se. Além da expansão da industrialização, a intensificação das migrações rurais e urbanas afetaram diretamente a participação econômica da mulher. As mulheres estavam limitadas a ocupar o espaço doméstico enquanto o poder estava no espaço público delegado aos homens. Sendo assim mulheres e homens vão construindo suas identidades a partir de espaços predefinidos culturalmente, além da influência de pertencer a uma determinada classe social. Mas o processo de construção da identidade não é determinado apenas pelos espaços pré-determinados onde homens e mulheres transitam. Esse processo é influenciado pelas ações carregadas de sentidos que vão desfazendo e fazendo novos lugares por meio da interação social.

A mulher atual não é a mesma de antes, ou seja, não tem o mesmo perfil daquelas que encontravam realização, fazendo apenas os trabalhos doméstico. Hoje os valores femininos são outros. A prova disso é que ela está cada vez mais presente no mercado de trabalho e vem ampliando seu espaço na economia. Hoje representando a maior parcela da população, vem aumentando seu poder aquisitivo, melhorando o nível de escolaridade e reduzindo a defasagem salarial que ainda existe em relação ao homem. Além da diminuição da sua taxa de fecundidade. A mulher vem ocupando seu espaço no setor econômico e vem exercendo diferentes cargos, muitos dos quais eram apenas exclusividade masculina e destacando-se em diferentes setores, do mais simples até o mais alto escalão. Isso mostra o

rompimento de uma forte estrutura hierárquica empresarial moldada pelo homem a partir da Era Industrial. Ao longo dos anos os dados vem mostrando que a discriminação do passado está sendo substituído no presente por uma mudança legal e teórica no sentido de igualdade entre os sexos.

No entanto ainda resistem alguns valores e normas sobre os papéis femininos e masculinos que norteiam o comportamento social atual. Para Borges (1984) a mulher tem tido, e continua a ter, na sociedade ocidental, a responsabilidade principal ou exclusiva pela reprodução da força de trabalho, isto é pela reprodução física das próximas gerações e pela criação no âmbito doméstico de todos aqueles bens e serviços que tornam a vida vivível, para os seus homens e seus filhos.

A vida profissional compartilhada com as mulheres tem se revelado mais ativa, mais colorida e mais interessante. Esse intercâmbio de conhecimentos e sensibilidades tem se mostrado proveitoso para ambas as partes. Troca-se razão por criatividade, matemática por poesia, disciplina por afetividade. E vice-versa. Reafirmo a necessidade de aprendizado permanente e as mulheres são boas professoras por natureza. Enfim, diria que não importa o sexo ou a opção sexual. Quem aspira a uma carreira de sucesso tem que assumir, de agora em diante, um perfil mais feminino. E este conselho vale também para as mulheres que ainda não descobriram suas próprias virtudes” (JULIO, 2002, p. 136).

Ainda segundo Blay (1978), a mulher sempre participou, lado a lado com o homem, nas lides agrícolas, na produção artesanal, no trabalho pré-fabril, até o período do capital mercantilista. A ausência de um percentual mais representativo da parcela feminina da população mundial nos lugares de tomada de decisão chama a atenção pela aparente dificuldade de enfrentamento do problema e pela resistência nas tentativas de desconstrução dos obstáculos que impedem a maior participação das mulheres nos diversos âmbitos de poder e decisão. O espaço de sub-representação feminina que tem recebido maior atenção de pesquisadores e especialistas atualmente é o da política. Identificado como referência maior do poder institucional, o universo político é um cenário a ser observado com atenção. Segundo Rangel [s d] a sub-representação das mulheres na política institucional é reconhecida como um grave problema em regimes eletivos, e vem sendo apontada como sintoma do déficit democrático que atinge diversos governos representativos. O problema da baixa participação de mulheres em espaços de poder tem relação estreita com o limitado acesso feminino à esfera pública, mas não se explica exclusivamente pelo fato.

Afinal, como afirmam Pinheiro e Branco [s d]: Ao longo do século XX e, mais especialmente, a partir da década de 1960, as sociedades ocidentais presenciaram uma verdadeira “invasão” das mulheres ao espaço público. Tradicionalmente relegadas à esfera doméstica, sob a resistente dicotomia do público/ masculino privado/feminino, mulheres das mais diferentes origens enfrentaram a divisão sexual dos trabalhos e as imposições dela decorrentes, lutando para alcançarem outros espaços e experimentarem outras possibilidades de inserção social.

Além disso, a participação no mundo do trabalho não é novidade para uma parcela significativa de mulheres no país e no mundo inteiro – as mulheres negras e as mulheres pobres no Brasil sempre trabalharam, mesmo sendo, fora de suas casas, fazendo o trabalho doméstico das casas de mulheres brancas e ricas. De qualquer forma, ainda é grande a distância entre homens e mulheres na ocupação do espaço público e, mais especificamente, dos espaços de poder da política institucional.

### **3.1 A mulher no mercado de trabalho brasileiro**

Segundo o IPEA (2010), a baixa participação de mulheres em espaços de poder e decisão, vem sendo apontada há muito como um obstáculo à consolidação plena da democracia no Brasil e no mundo. No Brasil, as mulheres são mais da metade da população e do eleitorado, têm maior nível de escolaridade e representam quase 50% da população economicamente ativa do país. Entretanto, não chegam a 20% nos cargos de maior nível hierárquico no Parlamento, nos Governos Municipais e Estaduais, nas Secretarias do primeiro escalão do Poder Executivo, no Judiciário, nos Sindicatos e nas Reitorias.

Nas empresas elas ocupam o percentual aproximado de 20% de chefias. De acordo com o relatório da UNICEF (2006) sobre as mulheres e a chamada igualdade de gênero, relatou-se que as mulheres brasileiras vivem mais que os homens, estudam mais e, cada vez mais, disputam o mercado de trabalho com eles.

Os dados da PNAD (2005) mostram que o crescimento do emprego da força de trabalho feminino é cada vez mais elevado, pois houve um crescimento considerável na população feminina na PEA e uma diminuição na população masculina. Segundo o Instituto Observatório Social (2004) a mulher tem mais dificuldade do que o homem para arrumar emprego. Quando são demitidas, costumam ficar longos períodos sem ter uma colocação. As dificuldades que elas encontram para entrar no mercado de trabalho refletem na qualidade do emprego obtido, muitas vezes sem carteira assinada. As mulheres representam a maioria da força de trabalho. No entanto, continuam a receber salários inferiores aos dos homens. Pesquisas revelam que elas têm mais oportunidades de emprego RAIS (2002). Porém a

remuneração da mulher é em média 82,3% da remuneração do homem. As mulheres com nível superior completo só conseguem receber 58 % do salário do homem com igual escolaridade.

De acordo com a Revista da Mulher (2004) elas enfrentam antigas e novas formas de discriminação. Pois além das diferenças salariais, há os obstáculos para o acesso aos cargos mais elevados e qualificados do ponto de vista da valorização do trabalho, como o cargo de chefia, onde estão presentes a concentração do poder e os melhores salários. E muitas vezes quando as mulheres ocupam esses cargos, o posto de trabalho tende a ser menos valorizado. As mulheres brasileiras conquistaram espaços importantes após a promulgação da Constituição de 1988, principalmente no que diz respeito às políticas públicas. Em relação ao trabalho, contudo, os avanços esbarram no preconceito, na discriminação e no machismo que impera nas grandes empresas.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2007 houve um efetivo crescimento da participação feminina, tendo como principais setores de atividade os serviços, a administração pública e a indústria de transformação.

A consolidação das Leis do Trabalho (CLT) capítulo 3; Da proteção do trabalho da mulher, estabelece normas de proteção ao trabalho da mulher que vão do artigo 372 ao 400 prevendo inclusive no artigo 401, penalidades pela não obediência a este capítulo. Ainda a CLT dispõe, em seu artigo 461 sobre igualdade de função e salário, sem distinção de sexo. Segundo as Convenções da OIT, a de nº 100 dispõe sobre “igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina por um trabalho de igual valor”, determinando que os países membros promovam ou garantam meios compatíveis e métodos que assegurem tal igualdade.

No que se refere às mulheres, a sua crescente participação é, em grande medida, decorrente da redução de obstáculos de natureza não econômica ao seu ingresso no mercado de trabalho e, também, da necessidade de complementação dos orçamentos familiares, fator que por certo influenciou muito a mudança de postura cultural em relação ao trabalho feminino. Quanto aos homens, a queda da participação na força de trabalho está, plausivelmente, vinculada à maior seletividade do mercado, que privilegia e demanda cada vez mais trabalhadores com maior nível de escolaridade Tafner (2006). Apesar da importância em termos numéricos, da maior escolaridade e da crescente inserção no mercado de trabalho, as mulheres ainda recebem salários inferiores aos dos homens, desempenham atividades de menor status social e são minoria nos postos de decisão e de direção.

De acordo com o site da campanha “Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso!”, a representação feminina em cargos máximos em sindicatos, no movimento estudantil e nos partidos políticos não chega a 20%. Por acumularem responsabilidades ligadas à esfera do cuidado, como os encargos relativos às crianças e idosos, e devido à perpetuação de estereótipos de gênero ligados à fragilidade, à maternidade e à subalternidade, as chances de as mulheres ocuparem espaços de poder e de decisão se tornam mais escassas.

Fatores culturais estão entre as principais causas dessa disparidade entre homens e mulheres: a cultura de divisão sexual do trabalho, o não compartilhamento de tarefas domésticas e familiares e o preconceito de gênero, entre outros fatores, ainda dificultam a autonomia e a plena participação feminina nas instâncias decisórias da vida social. Segundo Cristiane (2004) a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, a partir de 1970, confirma uma característica presente nas famílias brasileiras, que é a situação da mulher como provedora de renda.

Essa nova característica, no entanto, não exime a mulher do seu importante papel de mãe, esposa, e responsável pelo lar. É importante também observar que a concentração de mulheres ocupadas no grupo etário de 30 a 39 anos de idade mostra um padrão tardio da inserção feminina no mercado de trabalho, o que permite inferir que o trabalho da mulher ainda está condicionado a uma articulação dos tradicionais papéis sociais com a função no mercado de trabalho. Contudo é importante perceber que as características do desenvolvimento econômico brasileiro foram elementos importantes na determinação dos espaços a serem ocupados pelas mulheres no mercado de trabalho.

### **3.2 Segregação da mulher no mercado de trabalho.**

As formas de cultura patriarcal transmitida durante toda a sua existência, exigem da sociedade um grande esforço na luta frequente contra os seus próprios preconceitos. Apesar de existirem inúmeras leis que regulam o tratamento e acesso igualitário ao mercado de trabalho, a mentalidade da sociedade brasileira ainda impede sua plena eficácia. Historicamente, o trabalho da mulher sempre esteve presente nas diversas épocas e lugares, sendo relevante para o progresso da humanidade. No entanto, a integração da mulher no mercado de trabalho foi difícil e marcado pela subalternidade e pela discriminação. Hoje elas exercem profissões que antes eram reservadas aos homens, como, por exemplo, as de motorista de caminhão, policiais e segurança. Essas eram profissões tipicamente masculinas porque exigem força física e envolvem violência.

No entanto, cada vez mais a sociedade se rende à competência profissional feminina, reconhecendo que a mulher conta com armas poderosas, como inteligência, delicadeza e técnica, para apagar a velha imagem do sexo frágil. Nesse sentido, a luta da mulher trabalhadora se confunde com a própria história do Direito do Trabalho. Mas, apesar das grandes conquistas, as ações ajuizadas na Justiça do Trabalho revelam que a mulher moderna ainda enfrenta discriminação no mercado, em relação aos níveis salariais observados nas empresas. São práticas patronais que violam o artigo 7º, XXX, da Constituição Federal, o qual proíbe diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Segundo a Gazeta Mercantil (2006) em nível local, a inclusão e valorização da mulher no mercado de trabalho só tem a contribuir para a diversidade dentro das empresas, e a diversidade é uma forma de combater a discriminação e o preconceito; em nível global, contribui para a erradicação da pobreza e conseqüentemente para uma melhor qualidade de vida de mulheres e posteriormente de seus filhos. Esta preocupação é, sem dúvida, uma forma de exercer os princípios da responsabilidade social. Ao analisar a questão da discriminação é necessário que esta seja definida e que se explorem os métodos empregados para identificar a sua presença.

Segundo Galete (1999), há duas formas proeminentes que podem ocorrer a discriminação sexual, já que trabalhadores com idênticas características produtivas são tratados diferentemente devido aos grupos demográficos a que pertencem. Em primeiro lugar, suspeita-se de que os empregadores pagam menos às mulheres do que aos homens com a mesma experiência e que trabalham sob as mesmas condições e nas mesmas funções. Isso é chamado de discriminação salarial. Em segundo lugar, considera-se que as mulheres com o mesmo treinamento e potencial produtivo são levadas a ocupações de salários ou níveis de responsabilidade mais baixos pelos empregadores, os quais reservam os empregos de maior remuneração para os homens. Essa última forma de discriminação é chamada de discriminação profissional. Segundo Ehrenberg e Smith (2000), não se pode excluir a presença de uma substancial discriminação contra as mulheres e as minorias no mercado de trabalho.

Para isso, os economistas propõem diferentes teorias de discriminação. Segundo essas abordagens, três fontes gerais de discriminação no mercado de trabalho foram teorizadas e cada uma sugere um modelo associado de como a discriminação é implementada e quais são as suas conseqüências. A primeira fonte de discriminação, segundo Becker (1971) apud Ehrenberg e Smith, (2000), é o preconceito pessoal, em que empregadores, colegas de

trabalho ou clientes não gostam de se associar com funcionários de determinada raça ou sexo. A segunda fonte geral é o preconceito estatístico, em que os empregadores projetam nos indivíduos algumas características notadas de grupo. Finalmente, há modelos de acordo com os quais o desejo e o uso do poder de monopólio é a fonte de discriminação. Embora todos os modelos gerem percepções proveitosas e sugestivas, nenhum deles foi estabelecido como convincentemente superior aos outros.

Essas opções são influenciadas pelos retornos dos investimentos que um trabalhador poderia fazer, e, se os salários ou oportunidades são reduzidos pela discriminação, tais investimentos são desencorajados. A discriminação ocorrida no mercado de trabalho também pode afetar o comportamento atual se as mulheres são privadas de se enquadrar em modelos, por exemplo, em certas ocupações. Assim, as características produtivas que os trabalhadores adquirem e o preço que essas características cobram no mercado de trabalho, estão estreitamente relacionados.

Segundo Oliveira (1997), uma das técnicas mais utilizadas para medir a segregação no mercado de trabalho é o índice de Dissimilaridade proposto por Duncan e Duncan (1995). Esse índice pode assumir várias formas para medir a segregação entre os dois sexos, em qualquer número de diferentes classificações. Ainda segundo o autor esse índice tem por base a comparação das distribuições de homens e mulheres ao longo de todas as ocupações. O Índice de Dissimilaridade  $D$  equivale à metade da soma das diferenças absolutas entre os coeficientes masculinos e femininos de representação em cada ocupação, ou seja, entre as proporções de cada sexo para cada ocupação, expresso por meio da seguinte equação:

$$D = \sum_{j=1}^M \left| (F_j/F) - (M_j/M) \right| * 100 * \frac{1}{2} \quad (1)$$

= número de ocupações;  $F_j$  = total de emprego feminino no setor  $j$  da mesorregião considerada;  $F$  = total de emprego feminino em todas os setores da região considerada;  $M_j$  = número de indivíduos no grupo de comparação – homens – na ocupação  $j$ ;  $M$  = número de homens ocupados na força de trabalho total;  $D$  = porcentagem da força de trabalho que deve mudar de ocupação para trazer a correspondência perfeita entre a razão de sexo em cada ocupação e a taxa de participação feminina na força de trabalho. Os valores assumidos pelo índice de dissimilaridade  $D$  variam de 0, quando não há diferença nas distribuições ocupacionais de homens e mulheres, ou seja, há uma integração completa, a 100, quando há uma segregação completa. Esse índice utiliza a definição implícita de integração, como a situação na qual a representação proporcional de cada sexo em cada ocupação é a mesma da força de trabalho total Jacobsen (1994).

Dessa forma, esse índice mostra a porcentagem de cada grupo (homens ou mulheres) que teria de trocar de ocupação para alcançar as distribuições iguais por sexo, ou seja, a integração completa. Quanto mais alto o valor do índice, maior o nível de segregação ocupacional. De acordo com Galete (1999) a diferença de rendimentos entre homens e mulheres poderia ser explicadas pelas diferenças entre as características médias desses dois grupos, como experiências, idade, educação e setor de trabalho. Contudo, o que se observa é que essas características geralmente explicam apenas parte dessa diferença, sendo o restante atribuído a um comportamento residual associado à discriminação. E é essa discriminação que segrega homens e mulheres, mesmo com potencial produtivo iguais. Por isso é preciso uma mudança de consciência por parte da sociedade, uma mudança de valores, para diminuir o preconceito existente que ainda é muito grande na sociedade atual.



## **5. O EMPREGO FEMININO NO CEARÁ NO PERÍODO DE 2000 a 2010.**

De acordo com o IPECE (2010) desde os anos de 1960 que políticas econômicas de atração de investimentos são implantadas no Estado do Ceará. A partir de 1967, surgiu o primeiro plano governamental, que teve continuidade em todos os demais governadores, objetivando a criação de infraestrutura no Estado. Em todos os planos econômicos criados no Ceará, notadamente a partir de 1987, o incentivo fiscal esteve presente, sendo esse, o principal instrumento na atração de indústria. A política de incentivo à industrialização do Estado pôde ser traduzida a partir de políticas expressas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, que objetiva a atração de indústrias para o Ceará e ao mesmo tempo descentralizá-la da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.

Segundo Diniz (2004), o Ceará em 2000 era responsável por 25% da ocupação industrial do Nordeste, com o crescimento impulsionado principalmente nos setores têxtil, de confecções e de calçados. O aumento do número de indústrias em todo o Estado do Ceará é consequência do processo de desconcentração industrial do Sudeste e Sul do país, como também das políticas de incentivos fiscais implementadas pelo Governo do Ceará a partir da segunda metade dos anos 80. O turismo também é um dos maiores investimentos do Ceará, que além de vim atraindo um número crescente de turistas, também abriu vários outros setores da economia, como a indústria hoteleira, que tem vários ramos como restaurantes, lavanderias, serviços de limpeza, etc. Segundo o jornal o Povo (2005) no meio rural, as mulheres são maioria entre os que trabalham sem remuneração, em atividades para o próprio consumo ou na produção familiar.

Essa diversificação no meio rural, junto com a expansão da agroindústria, dos serviços públicos e de atividades como o turismo rural e o lazer, além da opção de morar fora dos centros urbanos, vêm se mostrando em novos postos de trabalho remunerados fora do setor agrícola. E muitas mulheres que residem no meio rural têm trocado o trabalho agrícola não-remunerado por esses novos postos de trabalho. O fenômeno ainda é lento, mas constante e progressivo, como mostram os dados abaixo as mulheres vem ampliando seu espaço na economia cearense. Pois a expansão dos serviços públicos no processo de industrialização brasileiro foi importante para o crescimento do emprego feminino em todas as regiões do Brasil e o Ceará seguiu a mesma tendência.

De acordo com o Jornal o Povo (2005) essa crescente entrada da mulher no mercado de trabalho se deu devido a um ambiente nacional de baixo crescimento econômico e a um relaxamento do valor da mão-de-obra, isso provocou o aumento da presença feminina

no mercado de trabalho, principalmente no emprego doméstico e no mercado informal, pois para compensar a perda do poder aquisitivo do grupo familiar devido ao desemprego do chefe da família, as mulheres buscam trabalho mesmo que sejam contratações vulneráveis, sem proteção e sem direitos garantidos por lei. Nas últimas décadas, as mulheres invadiram o mercado de trabalho.

No Ceará, a participação feminina aumentou expressivamente. Esse ingresso veio associado a transformações nas relações familiares e conjugais (como exemplo, o número de famílias chefiadas por mulheres encontram-se em constante crescimento. Segundo o Valor Econômico o Ceará é destaque no ranking nacional na geração de emprego industrial no Brasil. Para o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) o desempenho do Estado foi pelas vagas nas indústrias calçadistas, de alimentos e bebidas. Para Pedro Jorge Viana, coordenador da unidade de economia e estatística do Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (INDI), a indústria de transformação ficou com a maior participação na criação de postos de trabalho, seguida da Construção Civil. Vianna acredita que o nível de empregos formais deve continuar crescendo por conta da chegada de empresas que irão prestar serviços para projetos estruturantes no Estado, além de novas unidades fabris.

Esses avanços, no entanto, encobrem obstáculos importantes a serem superados neste século, como a igualdade de oportunidades, igualdade salariais e setoriais. O desempenho do mercado de trabalho no Estado do Ceará foi favorável para a inserção produtiva de homens e mulheres, de 2000 a 2010. De acordo com os dados da RAIS foram gerados no total 619.744 mil postos de trabalho no Ceará. Para a população feminina foram gerados 255.449 mil postos de trabalho, volume suficiente para absorver a incorporação de 25 mil mulheres a força de trabalho local, o que reduziu o número de trabalhadoras desempregadas. Movimento semelhante foi observado no segmento masculino. Podemos observar através da tabela 1 o número de empregos formais criados no Ceará durante o período de 2000 a 2010, isso tanto em relação ao gênero masculino como ao gênero feminino.

Tabela 1-População total empregada nas mesorregiões do Ceará de 2000 a 2010.

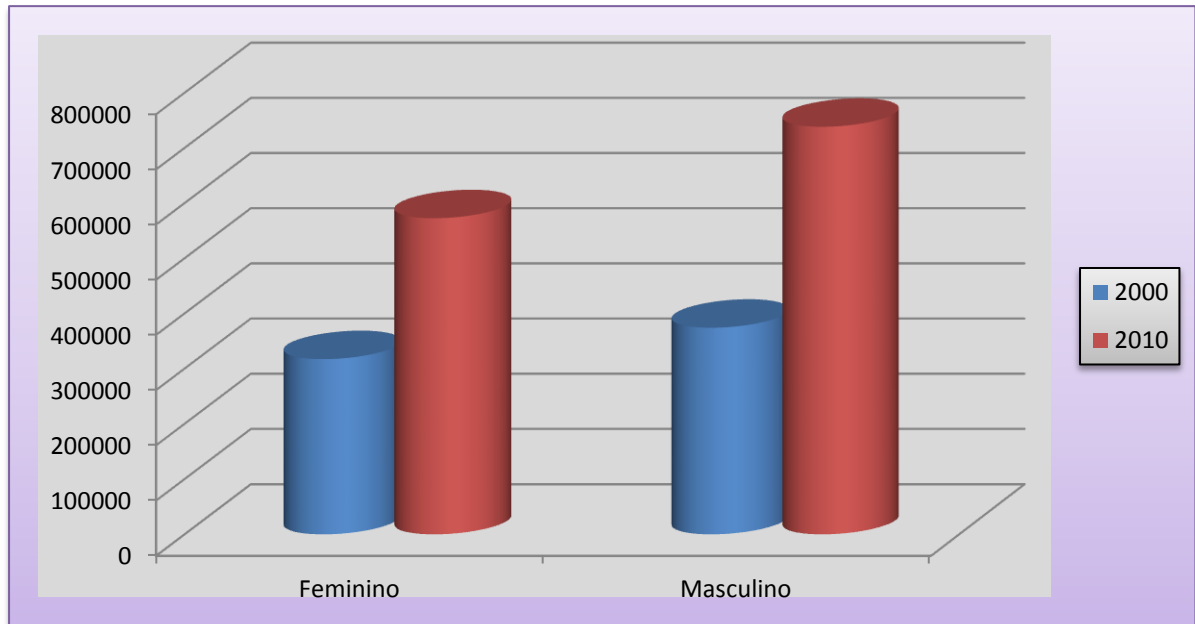
Mesorregiões	Feminino			Masculino		
	2000 Total	2010 Total	Variação Absoluta	2000 Total	2010 Total	Variação Absoluta
Noroeste Cearense	28793	45614	16821	24057	56736	32679
Norte Cearense	21505	37612	16107	17469	42463	24994
Metropolitana de Fortaleza	206858	375290	168432	285570	529879	244309
Sertões Cearenses	15557	29440	13883	7580	20556	12976
Jaguaribe	12746	24195	11449	12576	29381	16805
Centro Sul	8457	15289	6832	6178	12425	6247
Sul Cearense	23174	45099	21925	20573	46858	26285
<b>Total</b>	<b>317090</b>	<b>572539</b>	<b>255449</b>	<b>374003</b>	<b>738298</b>	<b>364295</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2000,2010).

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) pode-se perceber que no ano 2000 o Ceará possuía um total de 317.090 mil mulheres empregadas e em 2010 esse número aumentou para 572.539 mil o que mostra uma criação de 255.449 mil novos postos de trabalho. Já em relação ao homem no ano 2000 o total de empregados no Ceará era de 374.003 e passou para 738.298 em 2010, o que mostra também um crescimento razoável de 364.295 mil novos postos de trabalho. É importante notar que esses valores estão distribuídos entre todas as mesorregiões do Ceará, isso tanto em relação ao emprego da mão-de-obra feminina como masculina. Comparando-se os dados expostos acima referentes ao emprego da mão-de-obra de homens e mulheres nas mesorregiões do Ceará constata-se o aumento do emprego formal no período analisado.

Diante esses números pode-se concluir que a informalidade no Ceará também sofreu uma queda entre os dez anos analisados, já que o número de trabalhos formais aumentou. Portanto comparando o total de mulheres empregadas com o total de homens empregados neste período, percebemos que apesar de ainda representar a menor parcela no emprego formal do Ceará, a mulher vem evoluindo e buscando a sua inserção em setores que ainda é exclusividade masculina, e que por isso a deixa em taxa inferior ao do homem no emprego formal do Ceará como mostra o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1. Evolução do emprego formal por gênero no Ceará entre 2000 e 2010.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2000,2010).

Apesar de não serem ideais, os números acima apresentados representam, de fato, um fortalecimento da mulher no mercado de trabalho. Conforme analisou-se anteriormente, o mercado de trabalho constitui o mecanismo por meio do qual os trabalhadores e empregos se interagem e a mulher vem mostrando a sua interação adaptando-se as mudanças que vem ocorrendo. Ou seja, com o passar dos anos, o número de alguns tipos de emprego expandiu-se e o número de outros tipos contraiu-se e tanto trabalhadores como empregadores tiveram de adaptar-se a essas mudanças em resposta a sinais enviados pelo mercado de trabalho e a mulher está mostrando sua capacidade de interação através dos dados obtidos que mostram a sua crescente participação em diferentes setores da economia.

### 5.1 Distribuição por gênero nos setores do emprego formal no Ceará entre 2000 e 2010.

Para realização da análise regional do emprego formal feminino cearense foi utilizado a classificação da (RAIS) que divide o estado do Ceará em sete mesorregiões agregadas de municípios. Sendo assim, inicialmente será feita uma análise considerando a participação de cada uma dessas sete mesorregiões no total de empregos formais para o gênero feminino, e para o gênero masculino fazendo-se uma comparação entre ambos, observando a evolução dessa distribuição no período entre 2000 a 2010.

Também serão observados quais mesorregiões registraram os maiores crescimentos e as maiores contribuições com novos postos formais de trabalho entre os dez anos. Será calculado o percentual de participação de cada setor, tanto para o gênero masculino como para o gênero feminino, para se conhecer a relevância de cada setor, ou seja, qual apresentou maior peso no total de empregos gerados e quais registraram as maiores taxa de crescimento, com novos postos formais de trabalho entre os dez anos no estado do Ceará.

Será feita também uma análise mais detalhada para cada uma das sete mesorregiões cearense, no tocante a composição setorial do emprego formal feminino para se conhecer as participações relativas de cada setor, ou seja, qual apresentou maior peso no total de empregos gerados para o sexo feminino entre os anos de 2000 a 2010. E por fim será calculado o Índice de Dissimilaridade de Duncan e Duncan (1995) com o objetivo de mostrar se existe segregação setorial no emprego formal no Estado do Ceará, entre as mesorregiões do Estado e na cidade de Fortaleza.

Tabela 2- Distribuição por gênero nos setores do emprego formal no Ceará em 2000.

Setor de Atividade	Feminino 2000		Masculino 2000	
	Total	(%)	Total	(%)
ECONÔMICA				
EXTR MINERAL	158	0,05	2556	0,68
IND TRANSF	59273	18,69	84330	22,55
SERV IND UP	775	0,24	5697	1,52
CONSTR CIVIL	1562	0,49	26184	7,00
COMERCIO	34379	10,84	58874	15,74
SERVICOS	76626	24,17	115155	30,79
ADM PUBLICA	142850	45,05	72237	19,31
AGROPECUARIA	1464	0,46	8970	2,40
TOTAL	317090	100,00	374003	100,00

Fonte: Relação de Informações Sociais (2000).

De acordo com os dados da RAIS e conforme a tabela 2 podemos observar que a Administração Pública foi o setor predominante no emprego formal do Ceará em 2000 para as mulheres, representando 45,05% do total de empregos gerados seguida do setor de Serviços que mantinha 24,17% das mulheres empregadas, a Indústria de Transformação que mantinha 19% das mulheres ocupadas e por fim o comércio que também continha 10,8% do total de empregos formal no Ceará. Já para o gênero masculino o setor predominante em 2000 foi o de Serviços que gerou 30,79% do total de empregos, seguido pelo setor da Indústria de Transformação, Administração Pública e Comércio que mantiveram as mais altas taxa de

participação da mão-de-obra masculina empregada. O setor que a mão-de-obra feminina está menos inserida é o da extração mineral com 0,05%, seguida da agropecuária com 0,46%. Nos demais setores houve uma pequena queda, como no setor da Indústria de Transformação que caiu 1,98%, tinha 18,69,% em 2000 e chegou a 16,71% em 2010. No setor de serviços houve um pequeno crescimento pois em 2000 tinha uma porcentagem de 24,17%, e passou para 26,74% em 2010. Nos setores da Extração Mineral, Serviços Industriais e Construção Civil de 2000 á 2010 foram, os setores que menos tiveram, a participação da mulher como mão- de- obra empregada.

Tabela 3 - Distribuição por gênero nos setores do emprego formal no Ceará em 2010

Setor de Atividade	Feminino		Masculino	
	Total	( %)	Total	( %)
ECONÔMICA				
EXTR MINERAL	239	0,04	2415	0,33
IND TRANSF	98194	16,71	153163	20,75
SERV IND UP	1043	0,18	6144	0,83
CONSTR CIVIL	4158	0,71	71815	9,73
COMERCIO	82220	14,00	127328	17,25
SERVICIOS	157069	26,74	212027	28,72
ADM PUBLICA	242134	41,21	145563	19,72
AGROPECUARIA	2437	0,41	19843	2,69
TOTAL	587494	100,00	738298	100,00

Fonte: Relação de Informações Sociais (2010).

Através dos dados da Relação de Informações Sociais (RAIS) e dos cálculos da tabela 3 pode-se perceber que no período entre 2000 a 2010 houve uma pequena queda na taxa de participação da mulher no setor da Administração Pública, que em 2000 tinha um percentual de 45,05% de emprego formal ofertado as mulheres e esse percentual diminuiu para 41,21% mostrando portanto, que houve a transferência da mão- de- obra feminina desse setor para outros. Já em relação ao emprego formal dos homens em 2010, é possível observar que o setor da Construção Civil teve um crescimento no número de empregos ofertados pois, em 2000 tinha um percentual de 7,00% e aumentou para 9,73% em 2010. Já o Comércio também teve um aumento no número de empregos formais para o gênero masculino que em 2000 tinha 15,74% do total de empregos formais ofertados e em 2010 esse percentual aumentou para 17,25%. Já os setores da Indústria de Transformação e Serviços foram os setores que apresentaram uma queda no número de empregos formais ofertados aos

homens durante esses dez anos. Entretanto apesar dessa pequena mudança a atividade feminina no Ceará, ainda se concentra fortemente na Administração Pública, nos serviços de saúde, ensino, serviços comunitários, serviços pessoais e comunicação.

De acordo com o Portal Jurídico Investidura, em relação à remuneração recebida é comum afirmar-se que as trabalhadoras recebem menos do que os homens porque se inserem profissionalmente em ocupações de menor qualificação, produtividade e prestígio social. Porém é importante ressaltar que os chamados guetos ocupacionais femininos resultam de uma construção cultural, que designa o lugar das mulheres no mundo produtivo.

Observando o setor ocupacional serviços, no qual se encontram os sub setores de saúde e educação, além dos serviços pessoais, como cabeleireiras, manicures, podemos perceber através da tabela acima que houve um pequeno crescimento no período considerado, mas o contingente feminino desse setor está concentrado principalmente no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras. Embora fundamentais para a organização social e, portanto, garantidores dos processos de transformação produtiva e de circulação da riqueza, os segmentos que mais absorvem força de trabalho feminina são os mais desvalorizados no mercado de trabalho e os que tendem a propiciar remunerações mínimas reguladas pelo poder estatal.

Ainda de acordo com Portal Jurídico Investidura as mulheres que ocupam postos nos tribunais superiores, nos ministérios, no topo de grandes empresas, em organizações de pesquisa de tecnologia de ponta, que pilotam jatos, comandam tropas, perfuram poços de petróleo, ainda são minoria, apesar de ser maioria no total da população mundial. A combinação de mudanças na distribuição de empregos entre os setores e de mudanças na tecnologia de produção dentro de cada setor também requisitou que os trabalhadores adquirissem novas habilidades e trabalhassem em novas posições.

## 5.2. Distribuição do emprego formal por gênero nas sete mesorregiões do Ceará entre 2000 e 2010.

Tabela 4 – Distribuição por gênero do emprego formal nas mesorregiões do Ceará de 2000 a 2010.

	Feminino				Masculino			
	2000		2010		2000		2010	
Mesorregiões	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Noroeste Cearense	28793	9,08	45614	7,97	24057	6,43	56736	7,68
Norte Cearense	21505	6,78	37612	6,57	17469	4,67	42463	5,75
Metropolitana de Fortaleza	206858	65,24	375290	65,5	285570	76,36	529879	71,78
Sertões Cear	15557	4,91	29440	5,14	7580	2,03	20556	2,78
Jaguaribe	12746	4,02	24195	4,23	12576	3,36	29381	3,98
Centro Sul	8457	2,67	15289	2,67	6178	1,65	12425	1,68
Sul Cearense	23174	7,31	45099	7,88	20573	5,50	46858	6,35
<b>Total</b>	<b>317090</b>	<b>100,00</b>	<b>572539</b>	<b>100,00</b>	<b>374003</b>	<b>100,00</b>	<b>738298</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Relação de Informações Sociais (2000,2010).

De acordo com o Relatório Anual Informações Sociais (RAIS) é na região metropolitana de Fortaleza onde estão os maiores índices de empregos gerados, tanto para homens como para mulheres, isso porque é nessa região que estão concentrados os vários setores da economia e por isso a possibilidade de empregos gerados é maior. Podemos ver através da tabela 4 que em 2000 de todas as mesorregiões do Ceará a região metropolitana de Fortaleza se destaca com o maior percentual de empregos, isso tanto para mulheres como para homens.

Em 2000, do total de 31.7090 mil mulheres empregadas no Ceará 65,24% desse total pertence a região metropolitana de Fortaleza, o mesmo ocorrendo em relação ao emprego masculino, ou seja do total de 37.4003 mil empregos gerados no Ceará 76,36% estava concentrado na região metropolitana de Fortaleza. Em 2010 percebe-se que não houve diferença significativa nesse percentual, apenas uma pequena queda no percentual de

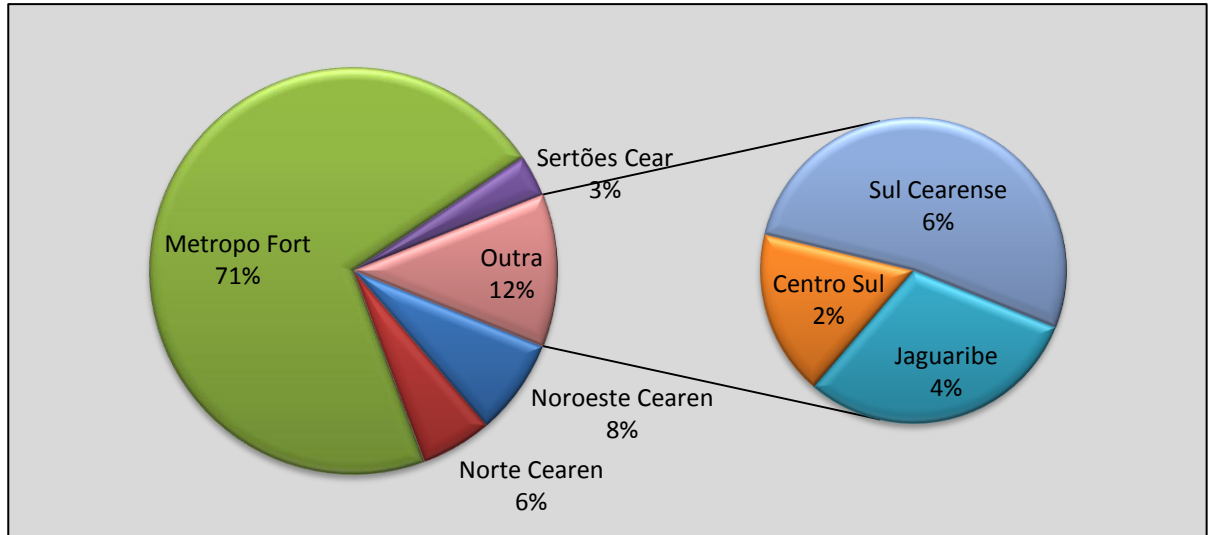


empregos, tanto para homens como para mulheres. A segunda mesorregião a concentrar o maior índice de emprego formal no Ceará é o Noroeste Cearense que em 2000 mantinha 9,08% do total de empregos para o sexo feminino e 6,43% para o masculino. Para essa mesorregião, podemos notar que o percentual de empregos gerados em 2000 é maior para as mulheres e menor para os homens. Já em 2010 percebe-se que houve uma pequena mudança e o percentual de empregos para os homens que em 2000 era de 6,43% aumentou para 7,68% em 2010, enquanto para as mulheres que em 2000 era de 9,08%, diminuiu para 7,76% em 2010.

E a terceira mesorregião a concentrar mais empregos tanto para homens como para mulheres, é a Sul Cearense que em 2000 de um total de 31.7090 mil empregos, mantinha um percentual de 7,31% das mulheres ocupadas. Em 2010 percebe-se que não houve mudanças, e esse percentual continuou quase o mesmo para as mulheres, já em relação ao percentual masculino para essa mesma região houve apenas um pequeno crescimento em 2010, se compararmos com o ano 2000. Pode-se ver através da tabela 4 a primeira metade desta década, a incorporação de mulheres à força de trabalho das áreas metropolitanas cresceu intensamente e em ritmo superior ao observado para as outras mesorregiões. Esse avanço efetuado pelas cearenses a passos firmes em direção ao mundo do trabalho fica expresso, principalmente, na Região Metropolitana de Fortaleza que durante esses dez anos foi a região que mais se desenvolveu e conseqüentemente mais ofertou empregos para ambos os gêneros.

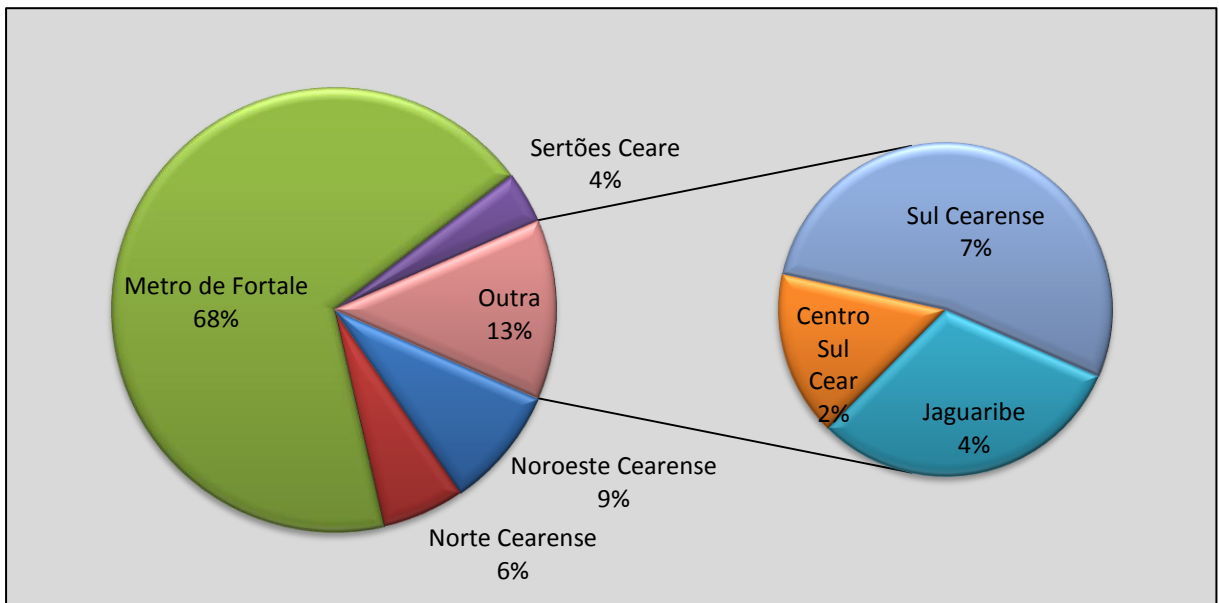
Observa-se a diferença entre a região metropolitana de Fortaleza e as outras mesorregiões através dos gráficos abaixo tanto para o ano 2000 como para o ano 2010.

Gráfico 2- Comparação do emprego formal entre a região metropolitana de Fortaleza e as outras mesorregiões do Ceará no ano 2000.



Fonte: RAIS (2000)

Gráfico 3- Comparação do emprego formal entre a região metropolitana de Fortaleza e as outras mesorregiões do Ceará no ano 2010.



Fonte: RAIS (2010)

### 5.3. Taxa de crescimento dos setores no emprego formal do Ceará no período de 2000 a 2010.

Tabela 5- Taxa de crescimento dos setores no emprego formal do Ceará de 2000 a 2010.

Ramo de Atividade	Feminino 2000	2010	Taxa de Crescimento	Masculino 2000	2010	Taxa de Crescimento
EXTR MINERAL	158	239	51,27	2556	2415	-5,52
IND TRANSF	59273	98194	65,66	84330	153163	81,62
SERV IND UP	775	1043	34,58	5697	6144	7,85
CONSTR CIVIL	1562	4158	166,20	26184	71815	174,2
COMERCIO	34379	82220	139,16	58874	127328	116,27
SERVICOS	76626	157069	104,98	115155	212027	84,12
ADM PUBLICA	142850	242134	69,50	72237	145563	101,51
AGROPECUARIA	1464	2437	66,46	8970	19843	121,22

Fonte: RAIS; Elaboração Própria.

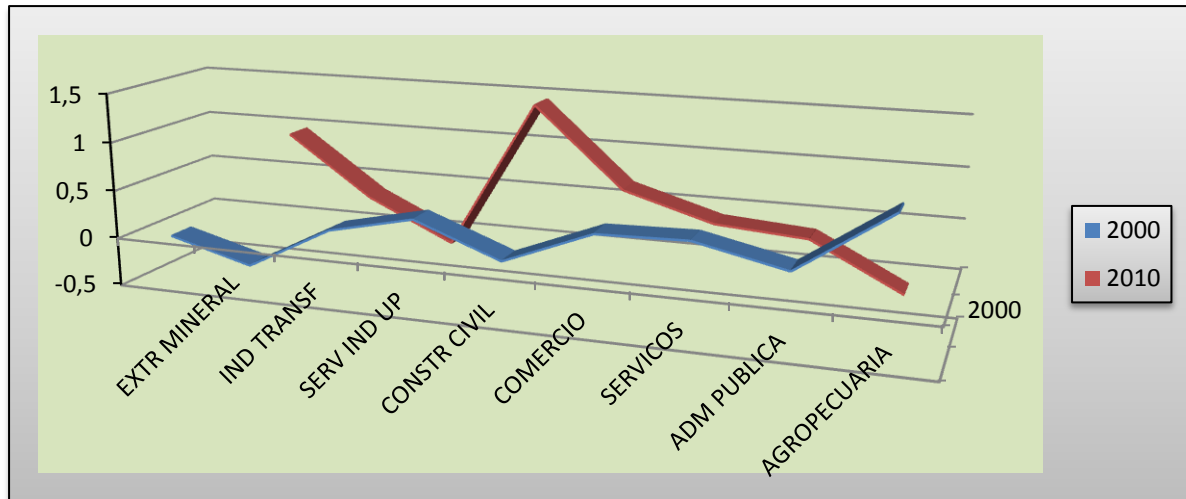
De acordo com a Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS) dos oito setores considerados acima o setor que teve a maior taxa de crescimento para ambos os gêneros no período de 2000 a 2010 foi o setor da construção civil que em 2010 a taxa de crescimento para a mulher era de 166,20% e para o homem era de 174,27%. O segundo setor que mais cresceu e gerou emprego no Ceará para o gênero feminino entre 2000 e 2010 foi o comércio que cresceu 139,16%, já para o gênero masculino o segundo setor que mais cresceu em 2010 foi da Agropecuária que teve uma taxa de crescimento de 121,22%.

O terceiro ramo de atividade que mais cresceu e gerou emprego no Ceará no período de 2000 a 2010 foi de Serviços para as mulheres que cresceu 104,98% e o da Administração Pública para os homens que cresceu 101,51%. Em quarto lugar, vem o setor da Administração Pública que cresceu 69,50% para o sexo feminino e setor de Serviços que teve uma taxa de crescimento de 84,12% para o sexo masculino. E os setores que pouco se desenvolveram e que tiveram uma taxa mínima de crescimento possível foram os seguintes setores: serviços industriais e utilidade pública, agropecuária, e extração mineral com destaque apenas para a extração mineral que tinha uma taxa de crescimento mínima e que

durante o período compreendido entre 2000 a 2010, essa atividade cresceu significativamente tanto para o gênero feminino, como para o gênero masculino.

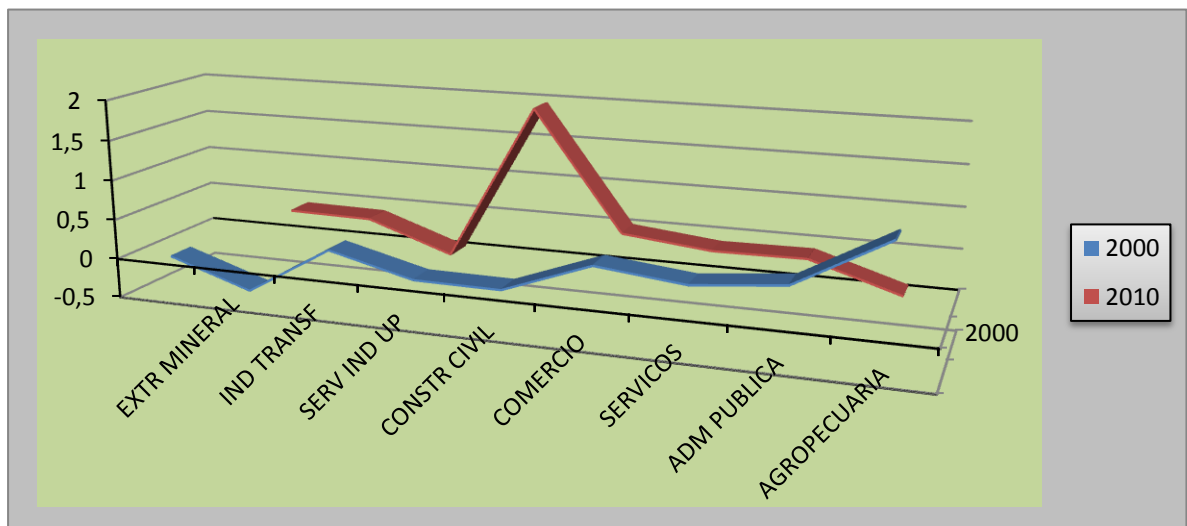
Observa-se esta evolução do emprego formal entre os gêneros masculino e feminino através dos gráficos abaixo.

Gráfico 4- Crescimento do emprego formal feminino por setor de Atividade Econômica no Ceará entre 2000 e 2010.



Fonte: RAIS (2000, 2010)

Gráfico 5- Crescimento do emprego formal masculino por setor de Atividade Econômica no Ceará entre 2000 e 2010.



Fonte: RAIS (2000, 2010).

#### 5.4. Taxa de crescimento do emprego formal nas sete mesorregiões do Ceará no período de 2000 a 2010.

Tabela 6- Taxa de crescimento do emprego formal nas mesorregiões do Ceará de 2000 a 2010.

Mesorregiões	Feminino 2000	Feminino 2010	Taxa de Crescimento	Masculino 2000	Masculino 2010	Taxa de Crescimento
Noroeste Cearense	28793	45614	58,42%	24057	56736	135,84%
Norte Cearense	21505	37612	74,90%	17469	42463	143,08%
Metropolitana de Fortaleza	206858	375290	81,42%	285570	529879	85,55%
Sertões Cearenses	15557	29440	89,24%	7580	20556	171,19%
Jaguaribe	12746	24195	89,82%	12576	29381	133,63%
Centro Sul	8457	15289	80,79%	6178	12425	101,12%
Sul Cearense	23174	45099	94,61%	20573	46858	127,76%

Fonte: RAIS Elaboração Própria.

De acordo com os dados da RAIS e conforme exposto na tabela 6, em 2000, a taxa de crescimento do emprego formal cearense para o gênero feminino apresentou as seguintes participações: Noroeste Cearense (58,42%); Norte Cearense (74,90%); Metropolitana de Fortaleza (81,42%); Sertões Cearenses (89,24%); Jaguaribe (89,82%); Centro Sul (80,79%); Sul Cearense (94,61%). Já para o gênero masculino a taxa de crescimento apresentou os seguintes percentuais de participações: Noroeste Cearense (135,84%); Norte Cearense (143,08%); Metropolitana de Fortaleza (85,55%); Sertões Cearenses (171,19%); Jaguaribe (133,63%); Centro Sul (101,12%); Sul Cearense (127,76%). De todas as mesorregiões consideradas a Região Metropolitana de Fortaleza foi a região que mais criou postos de trabalho formal no Ceará, isso tanto em relação ao gênero feminino como para o gênero masculino.

Isso coloca essa mesorregião em primeiro lugar no ranking do Ceará, como a região que mais ofertou emprego formal para ambos os gêneros. Vale salientar que esse crescimento do emprego formal se deu principalmente devido aos seguintes setores: Indústria, Comércio, Construção Civil, Administração Pública e Serviços. Porém, de acordo com os dados da (RAIS) e conforme calculado na tabela 6 podemos observar que a mesorregião a

apresentar a maior taxa de crescimento do emprego formal para as mulheres durante esses dez anos foi a Sul Cearense que teve uma taxa de crescimento de 94,61% e para os homens foi a mesorregião Sertões Cearense com uma taxa de crescimento de (171,19%).

De acordo com os dados da (RAIS) e conforme exposto na tabela 6 nota-se que a segunda mesorregião a apresentar maior percentual de crescimento do emprego formal para o gênero feminino no período considerado, foi a mesorregião Jaguaribe com uma taxa de crescimento de 89,82% e para o gênero masculino foi a mesorregião Norte Cearense que teve um percentual de crescimento de (143,08%). Observa-se através da tabela acima que as demais regiões tiveram um percentual de crescimento parecido. De acordo com IPECE (2010) a taxa de crescimento da mesorregião Centro-Sul se deu principalmente devido aos setores de Serviços e Administração Pública que teve um peso maior no tocante a geração de empregos formais, sendo seguida pela atividade de Comércio e da Indústria. Ainda de acordo com o IPECE (2010) os dados revelam que a atividade do comércio tem uma grande importância no tocante a geração de emprego formal para a mesorregião Sul Cearense

.

## 6. DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL FEMININO POR MESORREGIÕES DO CEARÁ ENTRE 2000 A 2010.

### 6.1. Mesorregião Noroeste cearense.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) 2010, a mesorregião Noroeste cearense é formada por quarenta e sete municípios, distribuídos em sete microrregiões. De acordo com os dados da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS) a região Noroeste cearense possuía em 2000, 28.793 mil mulheres com trabalho formal. Isso representava 9,08% dos postos formais de trabalho do Ceará naquele ano, aparecendo na segunda colocação no ranking, dentre as sete mesorregiões cearense selecionadas, sendo superada apenas pela mesorregião metropolitana de Fortaleza. A distribuição setorial do emprego formal feminino nessa mesorregião era a seguinte: Administração Pública 57,24%; Indústria de transformação 22,53%; Comércio 5,45%; Serviços 14,00%; Agropecuária 0,49%; Construção civil 0,11%; Serviços industriais e Utilidade pública 0,10%; Extração mineral 0,08%.

Tabela 7 - Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica mesorregião Noroeste cearense-2000 a 2010.

Setor de atividade Econômica	2000		2010		Taxa de Crescimento
	Total	(%)	Total	(%)	
EXTR MINERAL	24	0,08	19	0,06	-20,83
IND TRANSF	6488	22,53	11445	21,8	76,40
SERV IND UP	29	0,10	44	0,10	51,72
CONSTR CIVIL	33	0,11	59	0,12	78,79
COMERCIO	1569	5,45	5248	5,55	234,4
SERVICOS	4032	14,00	6819	14,3	69,12
ADM PUBLICA	16482	57,24	36620	57,50	122,18
AGROPECUARIA	136	0,49	315	0,51	131,62
TOTAL	28793	100,00	45614	100,00	58,42

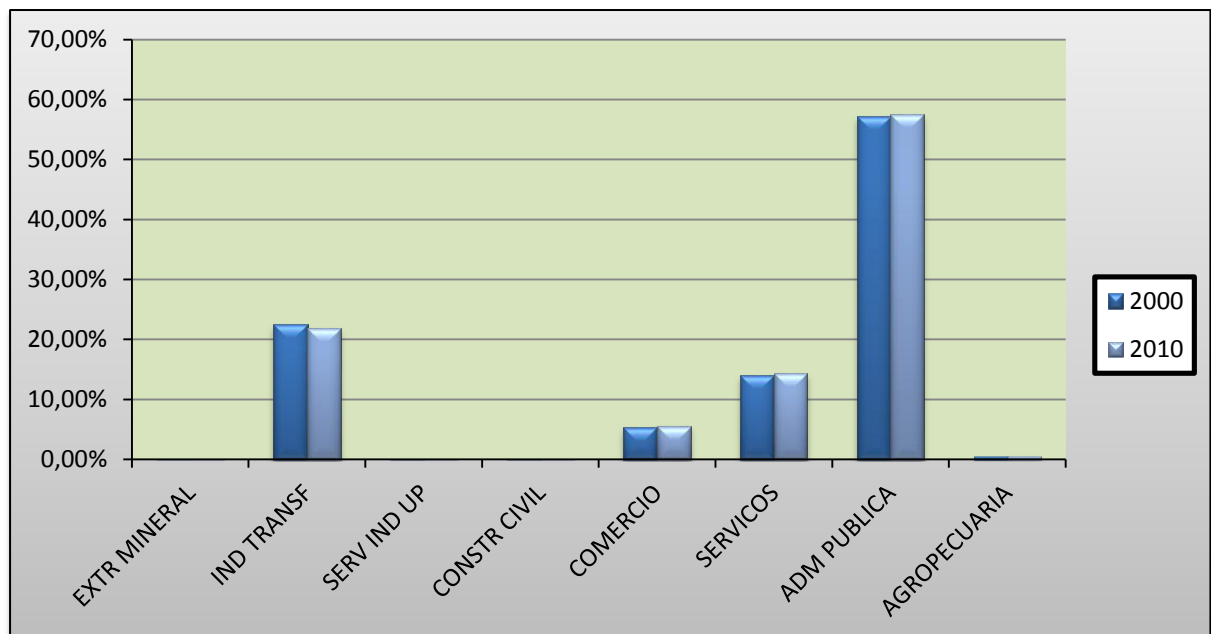
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

No ano de 2010, o número de trabalhadoras formais nessa mesorregião passou a ser de 45.614 mil mulheres, registrando um crescimento de 58,42% entre os dez anos. Apesar dessa expansão do emprego formal nessa mesorregião, ela manteve-se ainda na segunda colocação dentre as sete mesorregiões do Estado, sendo ainda superada pela mesorregião Metropolitana de Fortaleza. A composição setorial do emprego formal para as mulheres

passou a ser a seguinte: Administração pública 57,50%; Indústria de transformação 21,86%; Serviços 14,30%; Comércio 5,55%; Agropecuária 0,51%; Construção civil 0,12%; Serviços industriais e Utilidade pública 0,10% e Extração mineral 0,06%.

Observa-se através dos dados acima que durante a década analisada não houve mudanças significativas na composição setorial do emprego formal nessa mesorregião, pois em 2010 as mulheres permaneceram inseridas nos mesmos setores que estavam em 2000. Vale destacar que Sobral; Camocim; Tianguá; São Benedito e Ubajara são os cinco maiores municípios dessa mesorregião Noroeste cearense. O conjunto desses cinco maiores municípios representam mais de 50% do total de empregos formais dessa mesorregião. É possível perceber essa composição através do gráfico 6 que mostra os principais setores em que a mulher está inserida no emprego formal dessa mesorregião Noroeste Cearense tanto em 2000 como em 2010.

Gráfico-6 Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Noroeste Cearense em 2000 e 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

## 6.2. Mesorregião Norte cearense

De acordo com IPECE (2010) esta mesorregião é formada por trinta e seis municípios distribuídos em oito microrregiões. Na mesorregião Norte cearense foi registrado em 2000 um total de 21.505 mulheres trabalhando formalmente de acordo com os dados da (RAIS). Isso colocava essa mesorregião no quarto lugar do ranking dentre as mesorregiões analisadas, com percentual de 6,78% do total de emprego formal feminino no estado do Ceará



naquele ano. A distribuição setorial do emprego formal feminino nessa mesorregião, em 2000 era a seguinte: Administração Pública (62,19%); Serviços (20,53%); Indústria de Transformação (13,52%); Comércio (3,36%); Agropecuária (0,23%); Serviços Industriais e Utilidade Pública (0,10%); Construção Civil (0,07%); Extração mineral (0,00%).

Através dos dados acima podemos perceber que as atividades da Administração Pública e Serviços eram mais intensas nessa mesorregião que na mesorregião Noroeste do estado em 2000. Essa foi a mesorregião cujo setor Extração Mineral registrou menor número no total de empregos formais dentre todos os setores analisados.

Tabela 8-Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica Mesorregião Norte Cearense-2000 a 2010.

Setor de atividade Econômica	2000		2010		Taxa de Crescimento
	Total	(%)	Total	(%)	
EXTR MINERAL	0	0,00	5	0,01	0,00
IND TRANSF	2909	13,52	4991	13,27	71,57
SERV IND UP	22	0,10	39	0,10	77,27
CONSTR CIVIL	16	0,07	112	0,30	600,00
COMERCIO	722	3,36	3070	8,16	325,21
SERVICOS	4414	20,53	2878	7,65	-34,80
ADM PUBLICA	13373	62,19	25993	69,12	94,37
AGROPECUARIA	49	0,23	524	1,39	969,39
TOTAL	21505	100,00	37612	100,00	74,90

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (RAIS).

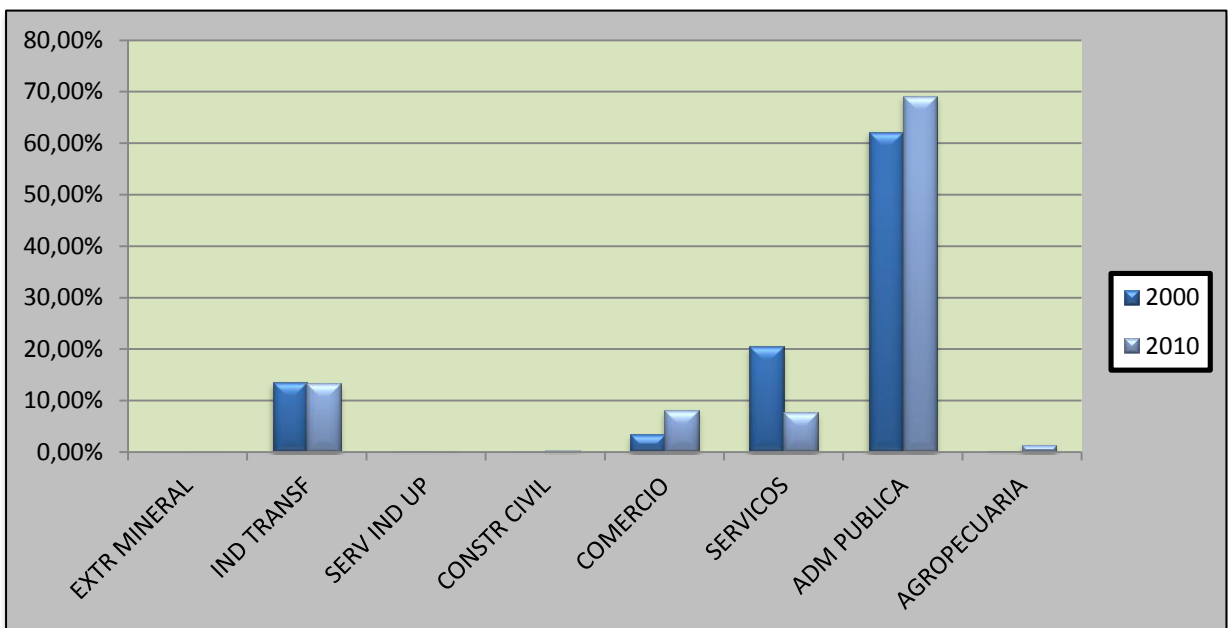
No ano de 2010, o número de empregadas com vínculo formal de trabalho nessa mesorregião passou a ser de 37.612 mil mulheres, registrando portanto, um crescimento de 74,90%, comparado ao ano de 2000. A composição setorial do emprego feminino em 2010, passou a ser a seguinte: Administração Pública (69,12%); Indústria de Transformação (13,27%); Comércio (8,16%); Serviços (7,65%); Agropecuária (1,39%); Construção Civil (0,30%); Serviços Indústria e Utilidade Pública (0,10%); Extração Mineral (0,01%). Vale destacar que o setor de Serviços, foi o setor que mais caiu no número de empregos para as mulheres nessa região, seguida da Indústria.

Já a Administração Pública que em 2000 tinha (62,19%) do total de empregos, expandiu para (69,12%) em 2010, seguida do comércio que em 2000 tinha (3,36%) e passou para (8,16%) em 2010 e Agropecuária que em 2000 tinha (0,23%) e passou a ter (1,39%) em 2010. É importante dizer que essa mesos-região foi a segunda que mais empregou mão-de-obra formal na agropecuária, ficando abaixo da mesorregião Jaguaribe. Os setores Extração

Mineral, Serviços Industriais e Utilidade Pública e Construção Civil foram os setores que apresentaram os menores crescimento.

Vale destacar que o setor do comércio nessa mesorregião registrou o maior crescimento dentre os oito setores analisados, seguido da Administração Pública. E o setor que apresentou maior queda do emprego formal feminino nessa mesorregião foi o setor de serviços que em 2000 tinha um percentual de (20,53%) e caiu para (7,65%) em 2010. Segundo o IPECE (2010) nessa mesorregião os municípios que registraram as maiores participações em 2010 foram: Itapipoca; Cascavel; Canindé; São Gonçalo do Amarante; Itapagé; Beberibe e Paroara. Podemos observar melhor essa distribuição através do gráfico abaixo.

Gráfico-7 Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Norte Cearense em 2000 e 2010.



Fonte: (RAIS)

### 6.3 Mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

De acordo com o IPECE (2010) a região Metropolitana de Fortaleza é formada por onze municípios, distribuídos em microrregiões (Fortaleza e Pacajus). A mesorregião Metropolitana de Fortaleza totalizou 206.858 mulheres com trabalho formal no ano de 2000 segundo os dados da (RAIS). Isso colocava essa mesorregião no primeiro lugar no ranking do Ceará, com um percentual de 65,24% de todos os empregos formais feminino do Estado.

A distribuição setorial do emprego formal feminino nessa mesorregião em 2000 era a seguinte: Administração Pública (36,96%); Serviços (28,01%); Indústria de

Transformação (21,01%); Comércio (12,54%); Construção Civil (0,66%); Agropecuária (0,48%); Serviços Industriais e Utilidade pública (0,30%) e Extração Mineral (0,04%). Esses dados revelam a forte concentração de empregos formais na mesorregião Metropolitana de Fortaleza, principalmente nos setores da Administração Pública, Serviços, Comércio e Indústria de Transformação. Embora a concentração seja expressiva em quase todos os setores, dois deles chamam atenção; Administração Pública e Serviços que são os setores que mais empregam mulheres na RMF.

Tabela 9- Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica - mesorregião Metropolitana de Fortaleza-2000 a 2010.

Setor de atividade Econômica	2000 Total	(%)	2010 Total	(%)	Taxa de Crescimento
EXTR MINERAL	75	0,04	176	0,05	134,67
IND TRANSF	43469	21,01	69556	18,53	60,01
SERV IND UP	624	0,30	806	0,21	29,1
CONSTR CIVIL	1374	0,66	3670	0,98	167,10
COMERCIO	25936	12,54	58287	15,53	124,73
SERVICOS	57933	28,01	132691	35,36	129,04
ADM PUBLICA	76462	36,96	109326	29,13	42,98
AGROPECUARIA	984	0,48	778	0,21	-20,93
TOTAL	206858	100,00	375290	100,00	81,42

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

No ano de 2010, o número de empregadas com vínculo formal de trabalho nessa mesorregião passou a ser de 375.290 mil mulheres, mantendo-se na primeira colocação dentre todas as mesorregiões analisadas a ofertar trabalho formal. Isso significa que apenas outros 34,77% dos empregos formais para o gênero feminino estavam espalhados nas outras seis mesorregiões do Estado.

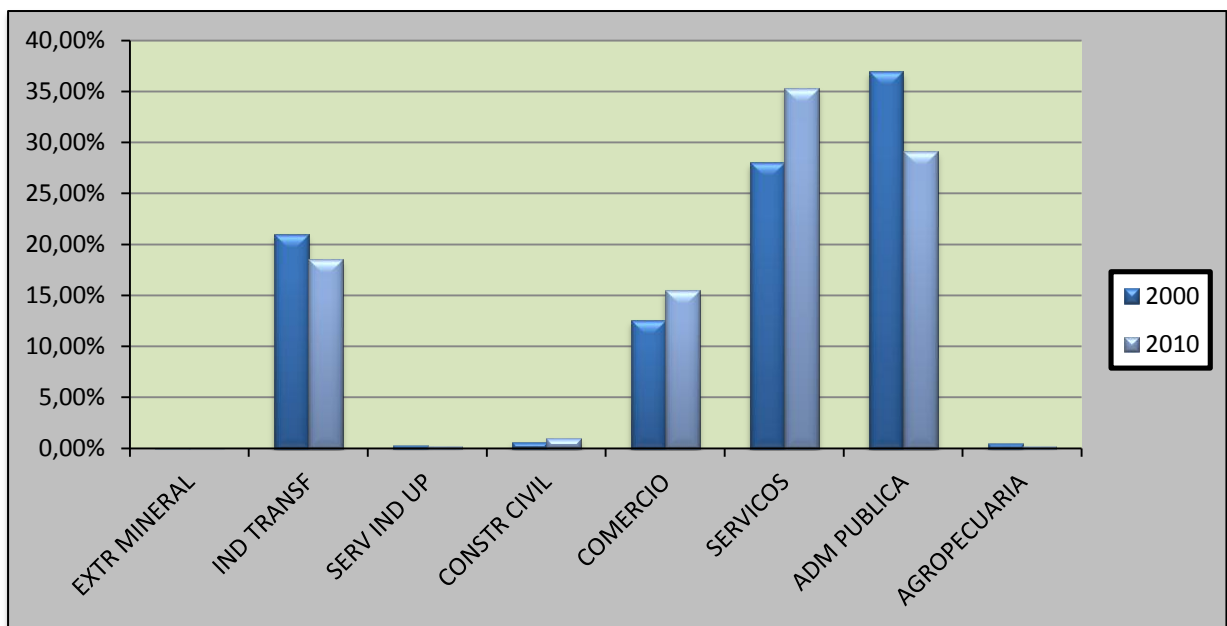
Essa mesorregião registrou o quarto maior crescimento no número de empregados formais para as mulheres dentre as sete mesorregiões analisadas de 81,42% comparado ao ano de 2000. A nova composição setorial do emprego formal em 2010, passou a ser a seguinte: Administração Pública (29,13%); Serviços (35,36%); Indústria de Transformação (18,53%); Comércio (15,53%); Construção Civil (0,98%); Agropecuária (0,21%); Serviços Industriais e Utilidade Pública (0,21%); Extração Mineral (0,05%).

Vale destacar que o setor de Serviços e Comércio dessa mesorregião foram os que apresentaram os maiores crescimento no número de vagas para as mulheres durante esses dez anos. Já os setores da Administração Pública e Indústria de Transformação foram os que mais

caíram na oferta de trabalho, pois em 2000 a Administração Pública era responsável por (36,96%) dos postos de trabalho ofertado e caiu em 2010 para (29,13%). E o setor da Indústria de Transformação detinha em 2000 (21,01%) da mão-de-obra feminina ocupada e em 2010 esse percentual caiu para (18,53%). A perda de empregos formais nesses dois setores fez deslocar mão-de-obra para o Comércio e Serviços. O crescimento do número de postos de trabalho formal para as mulheres nessa mesorregião foi reflexo principalmente da expansão das contratações nos setores Serviços e Comércio.

Segundo o IPECE (2010) os municípios de Fortaleza, Maracanaú, Eusébio, Caucaia, Horizonte foram os municípios que registraram o maior número de postos formais de trabalho para essa mesorregião. É possível observar através do gráfico 8 os principais setores dessa mesorregião em que a mulher está inserida.

Gráfico-8 Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Metropolitana de Fortaleza em 2000 e 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

#### 6.4. Mesorregião Sertões Cearense.

De acordo com dados do IPECE (2010) a mesorregião dos Sertões Cearense é formada por trinta municípios distribuídos em quatro microrregiões. De acordo com dados da RAIS (2000) essa mesorregião totalizou 15.557 mil mulheres com trabalho formal no ano 2000. Isso colocava essa mesorregião na quinta colocação entre as mesorregiões analisadas, com um percentual de (4,91%) do total de empregos formais para o gênero feminino do Ceará

naquele ano, superando apenas as mesorregiões Jaguaribe e Centro Sul. A distribuição setorial do emprego formal nessa mesorregião era a seguinte em 2000: Administração pública (74,93%); Serviços (12,99%); Comércio (9,75%); Indústria de Transformação (1,98%); Serviços Industriais e Utilidade pública (0,14%); Construção Civil (0,12%); Agropecuária (0,09%); Extração Mineral (0,00%). Diante do exposto acima é possível concluir que o setor de Administração pública tem desempenhado o principal papel na geração de empregos formais na referida mesos-região, pois apresentou o maior percentual de empregos formais em comparação aos outros sete setores analisados.

Tabela 10- Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica mesorregião Sertões cearense 2000 a 2010.

Setor de atividade Econômica	2000		2010		Taxa de Crescimento
	Total	(%)	Total	(%)	
EXTR MINERAL	0	0,00	13	0,04	0,00
IND TRANSF	308	1,98	1113	3,78	261,36
SERV IND UP	22	0,14	33	0,11	50,00
CONSTR CIVIL	18	0,12	33	0,11	83,33
COMERCIO	1517	9,75	2959	10,05	95,06
SERVICOS	2021	12,99	2633	8,94	30,28
ADM PUBLICA	11657	74,93	22634	76,88	94,17
AGROPECUARIA	12	0,09	22	0,07	83,33
TOTAL	15557	100,00	29440	100,00	89,24

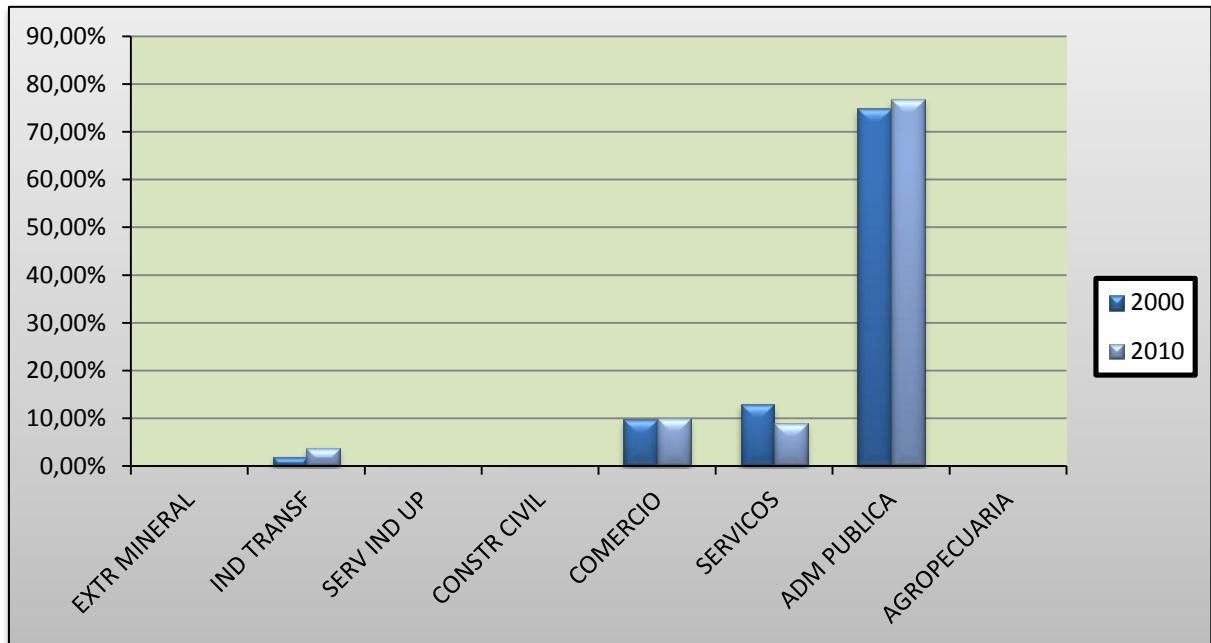
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

No ano de 2010, o número de empregadas formalmente nessa mesorregião passou a ser de 29.440 mil mulheres registrando portanto, uma taxa de (89,24%) a terceira maior taxa de crescimento dentre todas as sete mesorregiões analisadas comparado ao ano de 2000. A composição setorial do emprego formal passou a ser a seguinte: Administração Pública (76,88%); Comércio (10,05%); Serviços (8,94%); Indústria de Transformação (3,78%); Construção Civil e Serviços Industriais e Utilidade Publica (0,11%); Agropecuário (0,07%) e Extração Mineral (0,04%). Na comparação com ano 2000, o setor da Indústria de Transformação teve o maior crescimento, seguido da Administração Pública e Comércio. O comércio registrou um tímido crescimento, pois em 2000 tinha um percentual de (9,75%) e chegou em 2010 com (10,05%), variando apenas (0,3%).

Observa-se também que o setor de Serviços teve uma pequena redução no número de postos de trabalho formal ofertado as mulheres durante esse período analisado. É notório também que a maior concentração de empregos formais durante esses dez anos, continua a ser

no setor de atividade Administração Pública dessa mesorregião. Segundo o IPECE (2010) os municípios que concentraram a maior parte dos empregos formais nessa mesorregião foram: Quixadá, Crateús, Tauá, Quixeramobim e Acopiara. Percebe-se a distribuição setorial do emprego formal feminino nessa mesorregião através do gráfico 9.

Gráfico-9 Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Sertões Cearense em 2000 e 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (RAIS).

### 6.5. Mesorregião Jaguaribe Cearense.

Segundo o IPECE (2010) a mesorregião Jaguaribe é formada por vinte e um municípios, distribuídos em quatro microrregiões. De acordo com os dados da RAIS (2000) essa mesorregião totalizou 12.746 mil mulheres com trabalho formal nesse ano. Com isso, essa região registrou o segundo menor número de mulheres empregadas formalmente dentre as sete mesorregiões cearense analisadas com um percentual de (4,02%) do total do Ceará naquele ano superando apenas a região Centro Sul cearense.

A participação setorial do emprego formal feminino nessa mesorregião no ano 2000 era a seguinte: Administração pública (62,72%); Indústria de Transformação (16,23%); Serviços (9,72%); Comércio (8,21%); Agropecuária (2,11%); Construção Civil (0,49%); Extração Mineral (0,41%); Serviços Industriais e Utilidade Pública (0,11%). Vale destacar que a maioria das mulheres estão empregadas no setor de atividade Administração Pública que é responsável pelo maior número de postos de trabalho formais, seguido da Indústria e do setor de Serviços. Também é notório observar a importância que a atividade da Agropecuária

tem para essa mesorregião, no tocante a geração de empregos formais para o gênero feminino e também a importância que essa atividade dessa mesorregião tem para todo o estado á medida que ela responde pelo maior percentual dentre todas as demais mesorregião do estado na geração de empregos formais, ficando acima de mesorregião Metropolitana de Fortaleza que respondeu por (0,48%) do total de empregos gerados nesse setor no Ceará.

Tabela 11-Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica mesorregião Jaguaribe -2000 a 2010.

Setor de atividade Econômica	2000		2010		Taxa de Crescimento
	Total	Percentual	Total	Percentual	
EXTR MINERAL	52	0,41%	12	0,05%	-76,92%
IND TRANSF	2069	16,23%	3807	15,73%	84,00%
SERV IND UP	14	0,11%	24	0,10%	71,43%
CONSTR CIVIL	63	0,49%	96	0,40%	52,38%
COMERCIO	1046	8,21%	3289	13,59%	214,44%
SERVICOS	1239	9,72%	2295	9,49%	85,23%
ADM PUBLICA	7994	62,72%	13926	57,56%	74,21%
AGROPECUARIA	269	2,11%	746	3,08%	177,32%
TOTAL	12746	100,00%	24195	100,00%	89,82%

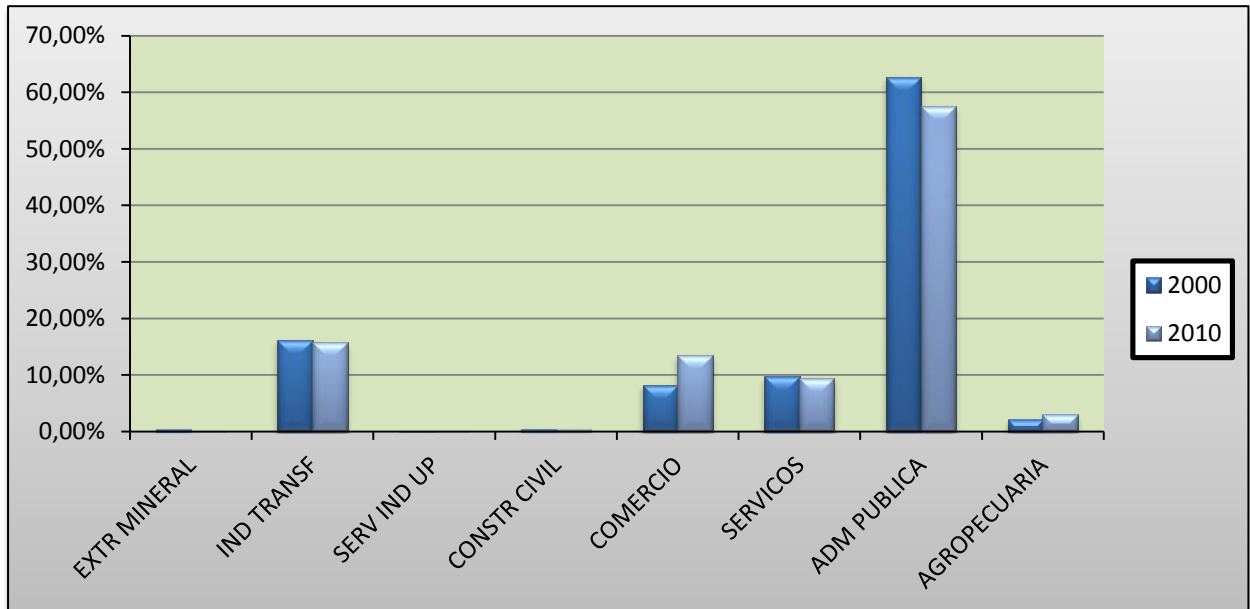
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

No ano de 2010, o número de mulheres com emprego formal nessa mesorregião passou a ser de 24.195 mil mulheres, registrando portanto uma taxa de (89,82%) a segunda maior taxa de crescimento dentre todas as sete mesorregiões analisadas comparado ao ano de 2000, ficando abaixo apenas do crescimento da mesorregião Sul Cearense. A composição setorial de emprego formal feminino em 2010 passou a ser a seguinte: Administração pública (57,56%); Indústria de Transformação (15,73%); Serviços (9,49%); Comércio (13,59%); Agropecuária (3,08%); Construção Civil (0,40%); Serviços Industriais e Utilidade Pública (0,10%); Extração Mineral (0,05%).

Vale destacar que o crescimento de postos formais de trabalho para as mulheres nessa mesorregião foi reflexo principalmente da expansão das contratações dos setores Comércio que em 2000 tinha um percentual de (8,21%) e aumentou para (13,59%), seguido da Agropecuária que em 2000 tinha (2,11%) do total de empregos gerados e aumentou para (3,08%) em 2010. De 2000 para 2010 houve uma queda no número de empregos formais para as mulheres nos setores da Administração pública e Indústria de Transformação. Segundo o IPECE (2010), os municípios que registraram os maiores números de empregos formais nessa

mesorregião foram: Russas, Aracati, Limoeiro do Norte, Morada Nova e Quixeré. Observa-se através do gráfico 10 a distribuição setorial do emprego formal feminino nessa mesorregião.

Gráfico-10 Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Jaguaribe Cearense em 2000 e 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (RAIS).

## 6.6. Mesorregião Centro Sul Cearense.

De acordo com o IPECE (2010), a mesorregião Centro Sul Cearense é formada por quatorze municípios, distribuídos em três microrregiões. De acordo com os dados da RAIS essa mesorregião totalizou 8.457 mil mulheres trabalhando formalmente no ano 2000. Com isso, essa mesorregião registrou o menor número de mulheres com vínculo formal de trabalho dentre as sete mesorregiões cearenses analisadas, com um percentual de apenas (2,67%) do total de empregos formais para o sexo feminino no Estado do Ceará naquele ano. A participação setorial do emprego formal feminino em 2000 nessa mesorregião era a seguinte: Administração pública (65,78%); Serviços (14,52%); Indústria de Transformação (10,78%); Comércio (8,45%); Serviços Industriais e Utilidade Pública (0,27%); Construção Civil (0,13%); Agropecuária (0,04%).

Esses dados revelam a grande importância que a atividade dos setores: Administração Pública; Serviços e Indústria de Transformação tiveram para essa mesorregião, pois registraram os maiores percentuais de emprego formais nesse ano. Todavia o peso das outras atividades na geração de empregos formais é bastante reduzido. No caso da Agropecuária, a situação é mais agravante, pois além de registrar um percentual mínimo no



total de empregos formais dentro da mesorregião analisada, revela ainda um percentual muito pequeno de empregos formais dentro do Estado de Ceará.

Tabela 12-Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica-mesorregião Centro Sul Cearense 2000 a 2010.

Setor de atividade Econômica	2000		2010		Taxa de Crescimento
	Total	Percentual	Total	Percentual	
EXTR MINERAL	2	0,02%	3	0,02%	50,00%
IND TRANSF	912	10,78%	1532	10,02%	67,98%
SERV IND UP	23	0,27%	14	0,09%	-39,13%
CONSTR CIVIL	11	0,13%	20	0,13%	81,82%
COMERCIO	715	8,45%	2089	13,66%	192,17%
SERVICOS	1228	14,52%	1544	10,10%	25,73%
ADM PUBLICA	5563	65,78%	10070	65,86%	81,02%
AGROPECUARIA	3	0,04%	17	0,11%	466,67%
TOTAL	8457	100,00%	15289	100,00%	80,79%

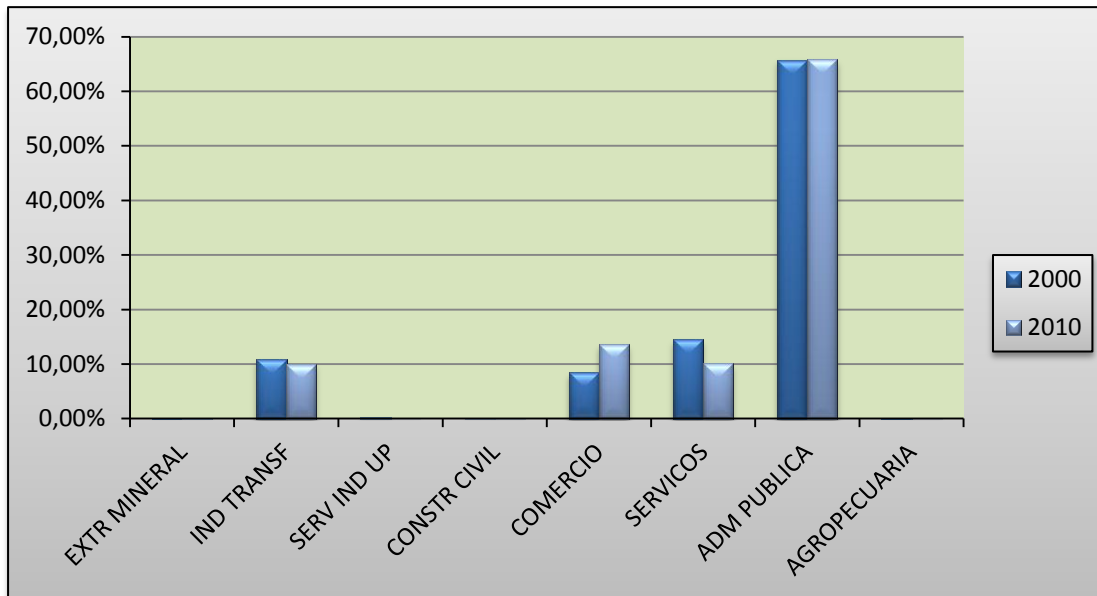
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

No ano de 2010, o número de empregadas com trabalho formal nessa mesorregião passou a ser de 15.289 mil mulheres, registrando uma taxa de (80,79%), a quinta maior taxa de crescimento do emprego formal feminino entre as sete mesorregiões analisadas, comparado ao ano de 2000, ficando na frente apenas das taxa de crescimento das mesorregiões Noroeste Cearense (58,42%) e Norte Cearense (74,90%). Apesar desse crescimento, essa mesorregião continuou ocupando a última posição entre as sete mesorregiões analisadas a ofertar emprego formal para as mulheres no Estado do Ceará. A distribuição setorial de emprego formal em 2010 passou a ser a seguinte: Administração Pública (65,86%); Comércio (13,66%); Serviços (10,02%); Indústria de Transformação (10,02%); Construção Civil (0,13%); Agropecuária (0,11%); serviços Industriais e Utilidade Pública (0,09%) e Extração Mineral (0,02%).

É possível observar que o comércio foi o setor que mais cresceu e criou emprego formal para as mulheres nessa mesorregião. E o setor de Serviços foi o setor que mais caiu e menos ofertou emprego para as mulheres durante esse período de dez anos. Por meio da análise dos dados acima é possível observar o ganho de importância que as atividades de Comércio e Administração Pública passaram a ter na geração de empregos formais na referida mesorregião. Os setores Extração mineral; Serviços Industriais e Utilidade Pública; Construção Civil; e Agropecuária, ainda continuam registrando os menores percentuais do total de empregos formais dessa mesorregião se comparado aos mesmos setores no ano de

2000. De acordo com o IPECE (2010), os municípios de Iguatu, Icó, Várzea Alegre, Cedro e Jucás apresentaram os maiores percentuais de empregos formais para essa mesorregião. Então podemos observar a distribuição setorial do emprego formal feminino nessa mesorregião através do gráfico 11.

Gráfico-11 Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Centro Sul Cearense em 2000 e 2010.



Elaboração própria a partir dos dados da (RAIS).

### 6.7. Mesorregião Sul Cearense.

Segundo o IPECE (2010) a mesorregião Sul Cearense é formada por vinte e cinco municípios, distribuídos em cinco micros-regiões. Essa mesorregião totalizou 23.174 mil mulheres com emprego formal no ano de 2000. Com isso, essa mesorregião registrou o terceiro maior número de mulheres empregadas formalmente dentre as sete mesorregiões cearenses analisadas com um percentual de (7,31%) do total de empregos formais de estado do Ceará naquele ano, sendo superado apenas pelas mesorregiões Metropolitana de Fortaleza e Noroeste Cearense.

A composição setorial do emprego formal nessa mesorregião no ano 2000 era a seguinte: Administração Pública (48,84%); Serviços (24,85%); Indústria de Transformação (13,45%); Comércio (12,40%); Construção Civil (0,20%); Serviços Industriais e Utilidade Pública (0,18%); Agropecuária (0,05%); Extração Mineral (0,02%). Esses dados revelam a grande importância que a atividade do setor Administração Pública e Serviços tinha para a referida mesorregião em 2000, no tocante a geração de empregos formais dados que esses

dois setores foram responsáveis pelo maior número de empregos formais para as mulheres nessa mesorregião. É importante ressaltar que o setor de Serviços dessa mesorregião, apresentou o segundo maior número de empregos formais comparado as outras mesorregiões, ficando abaixo apenas da mesorregião Metropolitana de Fortaleza. Em seguida vem os setores da Indústria de Transformação e Comércio que também eram os setores que mais empregavam mulheres naquele ano.

Tabela 13-Distribuição do emprego formal feminino por setor de atividade econômica-mesorregião Sul Cearense-2000 a 2010.

Setor de atividade Econômica	2000		2010		Taxa de Crescimento
	Total	Percentual	Total	Percentual	
EXTR MINERAL	5	0,02%	11	0,02%	120,00%
IND TRANSF	3118	13,45%	5750	12,75%	84,41%
SERV IND UP	41	0,18%	83	0,18%	102,44%
CONSTR CIVIL	47	0,20%	168	0,37%	257,45%
COMERCIO	2874	12,40%	7278	16,14%	153,24%
SERVICOS	5759	24,85%	8209	18,20%	42,54%
ADM PUBLICA	11319	48,84%	23565	52,25%	108,19%
AGROPECUARIA	11	0,05%	35	0,08%	218,18%
TOTAL	23174	100,00%	45099	100,00%	94,61%

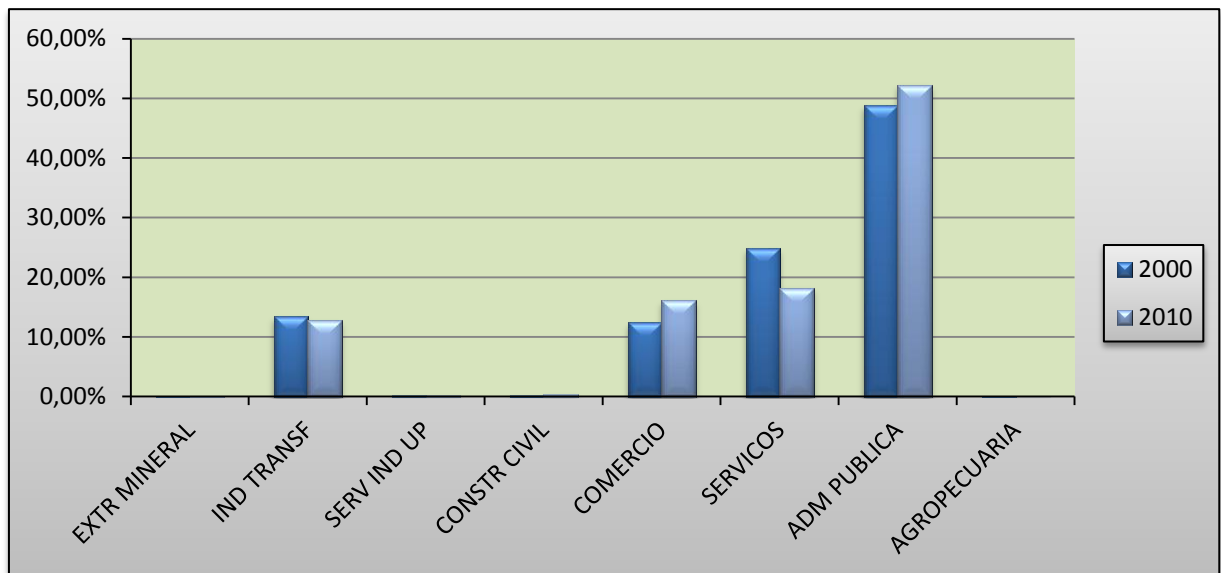
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

No ano de 2010, o número de empregadas formais nessa mesorregião passou a ser de 45.099 mil mulheres permanecendo ainda na terceira colocação entre as sete mesorregiões a empregar mulheres. Essa mesorregião registrou uma taxa (94,61%) a maior taxa de crescimento de empregos formais entre as sete mesorregiões analisadas comparado ao ano 2000, ficando com uma taxa superior até mesmo a da região Metropolitana de Fortaleza. A nova composição setorial do emprego formal feminino no ano de 2010, passou a ser a seguinte: Administração Pública (52,25%); Serviços (18,20%); Comércio (16,14%); Indústria de Transformação (12,75%); Construção Civil (0,37%); Serviços Industriais e Utilidade pública (0,18%); Agropecuária (0,08%); Extração Mineral (0,02%).

O crescimento do número de postos de trabalho formal feminino nessa mesorregião foi reflexo principalmente da expansão das contratações nos setores Administração pública que em 2000 tinha um percentual de (48,84%) e em 2010 esse percentual aumentou para (52,25%) e o setor de atividade comércio que em 2000 tinha um percentual de (12,40%) e em 2010 esse percentual aumentou para (16,14%). Pela análise dos dados acima se observa o ganho de importância que todas as atividades tiveram na geração de novas vagas formais de trabalho para as mulheres na referida mesorregião

É possível observar que o setor de Comércio, dessa mesorregião registrou um bom crescimento assim como foi registrado também nas outras mesorregiões. Com relação ao setor da agropecuária, ainda apresenta um número mínimo de empregos formais para o gênero feminino, o que é notório em todas as mesorregiões analisadas. Os municípios Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo, e Missão Velha registraram as maiores participações no emprego formal dessa mesorregião. É possível observar a composição setorial do emprego formal feminino nessa mesorregião através do gráfico 12.

Gráfico-12 Composição setorial do emprego formal feminino na mesorregião Sul Cearense em 2000 e 2010.



Fonte :Elaboração própria a partir dos dados da (RAIS).

## **7. SEGREGAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO CEARÁ; UMA ANÁLISE EXPLANATÓRIA A PARTIR DOS DADOS DA (RAIS) NO PERÍODO DE 2000 A 2010.**

De acordo com os dados da RAIS no período de 2000 a 2010 foi avaliada a presença da mulher no emprego formal do Ceará. Os números obtidos com a pesquisa, revelam que apesar dos avanços, a posição da mulher no mercado de trabalho ainda é muito desfavorável, ou seja, mesmo tendo um grau de estudo superior ou igual ao do homem, recebem salários menores, encontram maior resistência ao buscar uma vaga e têm menos oportunidades de ascensão profissional. Uma das principais razões para tal diferença pode ser atribuída à própria resistência cultural brasileira.

Para Galete (2010) há três formas de discriminação. A primeira é a discriminação do empregador que têm preferências decididas por contratar homens brancos para funções de alta remuneração, apesar da disponibilidade de mulheres igualmente qualificadas, agirão como estas fossem menos produtivas que aqueles.

A segunda é a discriminação do cliente, é quando os clientes preferem ser servidos por homens brancos em algumas situações e por minorias à mulheres em outras. Além disso, para que as mulheres e minorias encontrem empregos em funções que os clientes preferem homens brancos, elas devem aceitar salários mais baixos ou possuírem maior qualificação do que estes. O motivo para isso é que seu valor para a empresa é mais baixo do que os dos homens igualmente qualificados, devidos as preferências dos clientes por esses últimos.

E a terceira e última é a discriminação do empregado, baseada no preconceito pessoal, em que os funcionários do sexo masculino podem evitar situações que precisem interagir com minorias ou mulheres de forma que considerem impróprias. Com base nos dados da RAIS no período de 2000 a 2010, o objetivo deste presente trabalho, é investigar a possibilidade de existirem evidências de discriminação por gênero no mercado de trabalho formal do Ceará. Então de acordo com a tabela 14 podemos calcular o Índice de Dissimilaridade de Duncan e Duncan (1995) para os setores e ter uma base do grau de segregação existente no emprego formal do Ceará. Também através do Índice de Dissimilaridade será calculada a taxa de segregação existente entre as mesorregiões do Ceará e a da cidade de Fortaleza.

### 7.1. Segregação setorial no emprego formal do Ceará em 2000.

Tabela 14 – Taxa de segregação setorial no emprego formal do Ceará em 2000.

Setor de Atividade Econômica	Feminino		Masculino		Taxa De Segregação
	2000 Total	Per %	2000 Total	Per %	
EXTR MINERAL	158	0,05%	2556	0,68%	0,63%
IND TRANSF	59273	18,69%	84330	22,55%	3,86%
SERV IND UP	775	0,24%	5697	1,52%	1,28%
CONSTR CIVIL	1562	0,49%	26184	7,00%	6,51%
COMERCIO	34379	10,84%	58874	15,74%	4,90%
SERVICOS	76626	24,17%	115155	30,79%	6,62%
ADM PUBLICA	142850	45,05%	72237	19,31%	25,74%
AGROPECUARIA	1464	0,46%	8970	2,40%	1,94%
TOTAL	317090	100,00%	374003	100,00%	25,74%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (RAIS).

De acordo com os dados da RAIS (2000) e conforme exposto na tabela 14, o resultado do Índice de Dissimilaridade de Duncan e Duncan (1995) para o ano 2000 foi de (25,74%), indicando um grau relativo de segregação ocupacional por sexo, no sentido de que 25,74% de cada grupo (homens ou mulheres) teriam de trocar de ocupações para que fossem alcançadas distribuições iguais por sexo, ou seja, a integração completa. Compararmos os setores, observa-se que enquanto o setor da Indústria de Transformação tinha um percentual de (18,69%) do total de empregos ofertados as mulheres, o percentual ofertado as homens era de (22,55%), ou seja, uma diferença de (3,86%) de empregos a mais para os homens. Já o setor Construção Civil era responsável por apenas (0,49%) do total de empregos formais ofertados as mulheres no Ceará. Enquanto para os homens esse percentual era de (7,00%), o que mostra uma diferença de (6,51%).

O setor de Atividade Econômica Comércio, era responsável por (10,84%) do total de empregos formais gerados, isso para o sexo feminino, enquanto para o sexo masculino esse percentual era de (15,74%), a diferença é de (4,90%) de empregos a mais para o sexo masculino. No setor Serviços a diferença é de (6,62%) de empregos a mais para os homens, pois enquanto o percentual de empregos para as mulheres é de (24,17%), para os homens esse percentual é de (30,79%). O único setor que chama a atenção é o da Administração Pública que do total de empregos gerados, (45,05%) desses empregos pertenciam a esse setor e era a mão-de-obra feminina que estava empregada. Enquanto a

mão-de-obra masculina ficava com apenas (19,31%) dessas vagas. Observa-se uma diferença de (25,74%) de empregos a mais para as mulheres.

Seja pelo tipo de formação, seja por falta de oportunidades, a atividade feminina se concentra fortemente em alguns segmentos do setor da Administração Pública, como os serviços de saúde, ensino, serviços comunitários, serviços pessoais e comunicação. Ou seja, as mulheres estão incorporadas nas posições mais baixa da escala ocupacional seja em forma de prestígio, seja no que se refere ao salário recebido, mesmo com treinamento e potencial produtivo igual aos dos homens as mulheres são levadas a ocupações de salários ou nível de responsabilidade mais baixos pelos empregadores os quais reservam os empregos de maior remuneração para os homens.

Portanto de acordo com os dados da RAIS e conforme o cálculo do Índice de Dissimilaridade, observa-se que no emprego formal do Ceará, há um certo nível de segregação ocupacional. Dos oito setores analisados acima apenas no setor de Administração Pública o número de empregos formais é maior para o gênero feminino e menor para o gênero masculino, nos demais setores o número de empregos formais para o sexo masculino é positivo, ou seja, o número de empregos formais ofertados aos homens é maior. Já para o gênero feminino todos os demais setores são negativos o que mostra que o número de empregos formais ofertados as mulheres nesses demais setores são em menores quantidades, o que comprova o nível de segregação setorial no emprego formal do Ceará.

## 7.2. Segregação setorial no emprego formal do Ceará no ano 2010.

Tabela 15 – Taxa de segregação setorial no emprego formal do Ceará em 2010.

Setor de Atividade Econômica	Feminino 2010		Masculino 2010		Taxa De Segregação
	Total	Per%	Total	Per %	
EXTR MINERAL	239	0,04%	2415	0,33%	0,29%
IND TRANSF	98194	16,71%	153163	20,75%	4,03%
SERV IND UP	1043	0,18%	6144	0,83%	0,65%
CONSTR CIVIL	4158	0,71%	71815	9,73%	9,02%
COMERCIO	82220	14,00%	127328	17,25%	3,25%
SERVICOS	157069	26,74%	212027	28,72%	1,98%
ADM PUBLICA	242134	41,21%	145563	19,72%	21,50%
AGROPECUARIA	2437	0,41%	19843	2,69%	2,27%
TOTAL	587494	100,00%	738298	100,00%	21,50%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Já para o ano 2010 o resultado do índice de dissimilaridade foi de (21,50%) o que mostra uma pequena queda no nível de segregação ocupacional e que no decorrer deste período homens e mulheres trocaram de ocupações ou mulheres foram inseridas em setores que antes apenas homens trabalhavam. Percebe-se através da tabela 15 que enquanto o setor da Indústria de Transformação tinha um percentual de (16,71%) de empregos ofertados as mulheres, para os homens esse percentual era de (20,75%), ou seja, uma diferença de (4,03%).

Já o Setor da Construção Civil era responsável por apenas (0,71%) do total de empregos gerados para o sexo feminino, enquanto para o sexo masculino esse percentual era de (9,73%), o que mostra uma diferença de (9,02%). O setor Comércio ofertava (14,00%) do total de empregos formais para o gênero feminino e (17,25%), para o gênero masculino, um percentual de (3,25%) de empregos a mais para o gênero masculino. O setor Serviços detinha (26,74%) do total de empregos gerados para as mulheres e para os homens esse percentual era de (28,72%), o que mostra portanto, um percentual de (1,98%) de empregos a mais para os homens. O único setor que apresentou maior percentual de emprego formal para as mulheres em comparação aos dos homens foi o setor da Administração Pública que ofertava (41,21%) do total de empregos gerados, enquanto para os homens esse percentual era apenas de (21,50%).

Portanto, apesar da queda da taxa de segregação setorial durante o período de dez anos analisado, é possível observar que ainda existe um nível razoável de segregação setorial no emprego formal do Ceará. Isso comprova que as mulheres estão representadas nas ocupações de remuneração baixa e sub representadas nas ocupações de remuneração elevada.



### 7.3. Segregação setorial do emprego formal nas sete mesorregiões do Ceará no ano 2000, 2005 e 2010.

Tabela 16 – Taxa de segregação setorial nas sete mesorregiões do Ceará em 2000, 2005 e 2010.

Mesorregiões	2000 Taxa de Segregação	2005 Taxa de Segregação	2010 Taxa de Segregação
Noroeste Cearense	36,00%	31,13%	33,00%
Norte Cearense	35,33%	31,92%	36,32%
Metropolitana de Fortaleza	19,95%	14,44%	14,21%
Sertões Cearenses	37,95%	30,70%	25,09%
Jaguaribe	44,30%	40,19%	33,39%
Centro Sul	44,07%	35,84%	30,58%
Sul Cearense	37,53%	32,24%	30,34%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

De acordo com os dados da RAIS e conforme exposto na tabela 16 é possível perceber que há um certo nível de segregação setorial no emprego formal de todas as mesorregiões do Ceará. Os dados mostram que a mesorregião Metropolitana de Fortaleza no ano 2000 apresentou taxa de segregação de (19,95%) a menor taxa entre as mesorregiões analisadas. Já a mesorregião Jaguaribe apresentou a maior taxa entre as sete mesorregiões analisadas. No ano 2005, é possível perceber que houve uma queda no nível de segregação das mesorregiões analisadas, no entanto é importante notar que a mesorregião Jaguaribe continuou a apresentar a maior taxa de segregação entre os setores do emprego formal nesse ano e a mesorregião Metropolitana de Fortaleza também continuou a apresentar o menor nível de segregação setorial entre as mesorregiões.

No entanto, no ano 2010 esse nível de segregação voltou a aumentar nas mesorregiões Noroeste Cearense que em 2005 tinha uma taxa de (31,15%), e em 2010 essa taxa aumentou para (33,00%). Na mesorregião Norte Cearense, em 2005 essa taxa era de (31,92%) e aumentou para (36,32%) em 2010. A mesorregião Metropolitana de Fortaleza continuou a apresentar queda no nível de segregação e em 2010 se manteve em primeiro lugar a apresentar menor taxa de segregação setorial no emprego formal. Já as mesorregiões Sertões

Cearenses, Jaguaribe, Centro Sul, e Sul Cearense continuaram a declinar no nível de segregação. Em 2010 a mesorregião que apresentou a maior taxa de segregação foi a mesorregião Norte Cearense que em 2005 tinha uma taxa de (31,92%) e chegou a (36,32%) em 2010.

#### **7.4 Taxa de segregação do trabalho formal na cidade de Fortaleza no ano 2010.**

De acordo com os dados da RAIS e conforme exposto no anexo 1 de um total de 87 setores, o setor predominante no emprego formal na cidade de Fortaleza para o gênero feminino no ano 2010 foi da Administração Pública Defesa e Seguridade Social que mantém 89.340 mil mulheres ocupadas. O segundo setor que mais mantinha as mulheres empregadas em Fortaleza em 2010 é o de Confecção de artigos do vestuário e acessórios com 27.939 mil postos de trabalho. O terceiro setor a empregar mais mulheres em Fortaleza é o de Atividade de Atenção a Saúde Humana com 15.293 postos de trabalhado ofertados as mulheres e em seguida vem a Educação que mantém 19,118 mil mulheres empregadas.

Todos os demais setores a participação feminina ainda é restrita, sendo ocupados principalmente pelos homens. O setor predominante para o sexo masculino na cidade de Fortaleza em 2010 foi o setor da Construção Civil que mantinha 34.889 mil homens trabalhando na construção de edifícios. Em segundo lugar ficou o setor de atividade Transporte Terrestre que mantinha 17.515 (3,57%) da mão-de-obra masculina ocupada. Em seguida vem o setor de atividade Obras de Infraestrutura, que empregava 14.195 (3,14%) de mão-de-obra masculina.

E possível observar na tabela em anexo 1 que à exceção dos setores mencionados acima, todos os demais setores são preenchidos pela mão-de-obra masculina, ou seja, a porcentagem de homens trabalhando em todos os demais setores é maior para o gênero masculino que para o gênero feminino. Isso mostra que existe uma taxa relativa de segregação no emprego formal na cidade de Fortaleza. De acordo com a tabela em anexo 1 o resultado do Índice de Dissimilaridade para o ano 2010 na cidade de Fortaleza foi de (31,48%), mostrando portanto que há um nível relativo de segregação ocupacional por sexo, no sentido que 31,48% de cada grupo de (homens ou mulheres) teriam de trocar de ocupações para que fossem alcançadas distribuições iguais por sexo, ou seja, a integração completa. Conforme exposto no anexo 1, é possível perceber que dos oitenta e sete setores analisados, a maior parte dos empregos formais ofertados as mulheres estão inseridos nos setores onde a mão-de-obra exigida não requer força física, mostrando portanto que os demais setores em que há essa exigência são na maioria preenchidos pelos homens. Portanto de acordo com os

dados da RAIS e conforme exposto na tabela 17, dos 87 setores analisados, apenas em 16 setores o número de empregos formais é maior para o gênero feminino. Nos demais 71 setores, o número de empregos formais é maior para o sexo masculino, ou seja, o número de empregos ofertados aos homens é positivo. Já para o gênero feminino todos os demais setores são negativos o que mostra que o número de empregos formais ofertados as mulheres nesses demais setores são em menores quantidades, o que comprova o nível de segregação setorial no emprego formal na cidade de Fortaleza. Ou seja, as mulheres se concentram em um pequeno número de empregos, se comparados aos homens, que estão alocados em um número muito maior de ocupações.

Tabela-17-Setores que apresentam o menor nível de segregação no emprego formal na cidade de Fortaleza em 2010.

Setor de Atividade Econômica	Masculino	Feminino	M - F
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	10.748	27.939	17.191
ALOJAMENTO	2.155	2.385	230
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	723	1.426	703
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	440	755	315
ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA	1.924	2.683	759
AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS	551	664	113
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS	10.380	12.780	2.400
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	68.028	89.340	21.312
EDUCAÇÃO	15.746	19.118	3.372
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA	5.075	15.293	10.218
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES	132	366	234
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO	542	895	353
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS	29	34	5
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	11.763	14.032	2.269
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.931	3.597	1.666
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	30	36	6

Fonte: RAIS (2010)

Tabela-18- Setores que apresentam o maior nível de segregação no emprego formal na cidade de Fortaleza em 2010.

Setor de Atividade Econômica	Masculino	Feminino	M - F
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	1.332	365	-967
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	7.231	5.049	-2.182
FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	1.899	513	-1.386
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	1.579	527	-1.052
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	1.263	285	-978
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	1.192	153	-1.039
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.582	314	-2.268
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES	1.021	138	-883
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	1.449	191	-1.258
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.176	209	-967
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES	858	348	-510
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS	2.671	128	-2.543
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	34.889	2.104	-32.785
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	14.195	854	-13.341
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO	8.402	636	-7.766
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	12.197	3.756	-8.441
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	13.974	6.870	-7.104
COMÉRCIO VAREJISTA	51.814	41.348	-10.466
TRANSPORTE TERRESTRE	17.515	2.010	-15.505
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	2.971	634	-2.337
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA	2.790	565	-2.225
ALIMENTAÇÃO	14.625	8.763	-5.862
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.562	1.748	-814
ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS	5.134	4.097	-1.037
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	1.410	816	-594
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL	1.656	1.082	-574
SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS	2.488	378	-2.110
ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS	4.275	2.510	-1.765
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15.731	11.034	-4.697
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO	9.900	503	-9.397
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	20.885	9.242	-11.643
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	1.781	667	-1.114

Fonte: RAIS (2010).

## 8. CONCLUSÃO

Este trabalho reforça a evidência do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, e conseqüentemente a redução do diferencial em relação aos homens. E mesmo existindo discriminação em relação ao trabalho feminino, elas estão adquirindo um grande espaço em vários ramos de atividade e ganhando respeito, mostrando através do trabalho, o seu profissionalismo e competência.

O emprego formal feminino no Ceará cresceu nesse período de dez anos (2000-2010), no entanto esse percentual de crescimento ainda é menor comparado ao do sexo masculino. Apesar dos avanços das outras mesorregiões, a mesorregião Metropolitana de Fortaleza ainda concentra a maior parte das atividades produtivas e dos empregos formais existentes e é lá onde está concentrado o maior número de mulheres com emprego formal.

Os principais resultados revelaram que entre as sete mesorregiões analisadas, há uma forte dinâmica na geração de novos postos de trabalho formais para as mulheres, principalmente nos setores da Administração Pública, Serviços, Comércio e Indústria. Pôde-se também observar que ainda é bastante forte a concentração de empregos formais para as mulheres no setor da Administração Pública, isso entre todas as mesorregiões analisadas. O setor de atividade que mais cresceu nesse período foi o da Construção Civil, e criou novos postos de trabalho, tanto para homens como para mulheres, em seguida vem o comércio e o Setor de Serviços. E o que menos cresceu e menos ofertou emprego formal para os homens e para as mulheres foi o setor Extração Mineral e Agropecuária.

A mesorregião que apresentou a maior taxa de crescimento para o emprego formal feminino foi a Sul Cearense. E a que apresentou menor taxa de crescimento do emprego formal durante esses dez anos foi a Noroeste Cearense. Apesar dos avanços ainda existe um nível relativo de segregação ocupacional no emprego formal do Ceará. As mulheres estão concentradas em um leque restrito de atividades voltadas para Serviços pessoais, Serviços domésticos, Administração pública, Comércio e Distribuição de alimentos, vestuários, Indústria têxtil e de Confecções e Montagem de componentes eletroeletrônicos. A mesorregião que apresentou maior nível de segregação ocupacional no Ceará foi a mesorregião Jaguaribe. E a que apresentou menor nível de segregação entre os setores foi a Metropolitana de Fortaleza. Na cidade de Fortaleza no ano de 2010 o nível de segregação ocupacional foi maior que o do estado do Ceará.

Embora ainda haja um longo percurso á frente para que as mulheres atinjam condições igualitárias, em relação aos homens, esses resultados indicam que está ocorrendo

mudanças significativas ao longo dos anos. E isso é um resultado positivo da luta da mulher em busca da sua ascensão profissional. Pois antes as mulheres abriam mão de sua própria satisfação pessoal em prol dos filhos e companheiros. Hoje elas estão conciliando a atividade remunerada com o cotidiano familiar, sendo que nem sempre é uma tarefa simples. Trabalhar fora de casa, ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho e satisfação para as mulheres. Enfim os resultados estão mostrando que as mulheres são capazes de conquistar aquilo que desejam, que sonham e principalmente de fazer mudanças na sociedade e com isso dar sua contribuição para melhorar a vida da humanidade. E que estudos que virão possam contribuir de uma forma mais eficaz para melhorar a posição da mulher na sociedade, bem como no reconhecimento de sua capacidade produtiva de modo geral.

## REFERÊNCIAS

- ARBACHE, Jorge Sabe. Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os Micro dados da RAIS e da PNAD. Brasília: IPEA, novembro de 2001. 29 p (Texto para Discussão nº840).
- BLAY, Eva ALTERMAN. Trabalho Domesticado: **A mulher na Indústria Paulista**. São Paulo, Editora Ática, 1978.
- CAMARGO, J, M. Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro.FGV,1996
- CASTEL, R, As metamorfoses da questão social-uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes.1998
- CHAHAD, J. P.Z. Mercado de trabalho, emprego e desemprego no Brasil. In: Administração de empresas – Enciclopédia de direção, produção, finanças e “marketing”. São Paulo, Nova Cultura, 1987. n. 45-7.
- COSTA, Letícia Borges. Participação da mulher no mercado de trabalho. Instituto de Pesquisas Econômicas 1984.
- CUNHA, Ana Cristina da Silva. A inserção da mulher no mercado de trabalho de Fortaleza. M 330c 977 i, B FEAAC.
- DEDECCA, Claudio S., “Emprego e Qualificação no Brasil dos anos 90”, em *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, dezembro de 1998;
- EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. A moderna economia do trabalho: **Teoria e Política Pública**. São Paulo: MACRON Books, 2000.
- GALETE, R. A. **Um Estudo sobre Diferenciação de Salários na Indústria de Transformação da Região Metropolitana de Curitiba**. Dissertação (Mestrado)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- GORZ, A. Prefácio à obra Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980. \_\_\_\_\_Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica. São Paulo; Annablume, 2003.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 a 2009 (PNAD).Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/>> Vários Acessos.
- JACOBSEN, J. P. **The Economics of Gender**. Cambridge: Blackwel Publishers, 1994.
- MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política, Livro Primeiro (1867). Tradução brasileira de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe (coordenação e revisão de Paul Singer),

Coleção Os economistas, volume 1, Tomo 1 (Prefácio e capítulo 1 e 12), São Paulo, Abril Cultura, 1983.

MTE. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (PDET). Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdf/index.asp>.

OLIVEIRA, A. M. H. C. de. **A segregação Ocupacional por Sexo no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Demografia)–Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1997.

PAIVA, WITALO Lima de; CAVALCANTE, Alexandre Lira; ALBUQUERQUE, Daniele Passos de Lima (2007). Localização Industrial: Evidências para Economia Cearense. Fortaleza: IPECE, 2010. 47p. (Texto para Discussão nº 44).

PAIVA, WITALO Lima de (2010). Dez Anos de História (1997-2007): A Evolução do Emprego Industrial na Economia Cearense – Parte I. Fortaleza: IPECE, 2010.45p. (Texto para Discussão nº 77).

PINHEIRO, Armando Castelar e GIAMBIAGI, Fábio “Rompendo o Marasmo. A retomada do Desenvolvimento no Brasil” Elsevier, Rio de Janeiro, 2006.

RAMOS, Lauro & REIS, J.G. Almeida, “Emprego no Brasil nos Anos 90”, Rio de Janeiro, IPEA, TD nº 468, março de 1997;

RAMOS, Murilo e TORRES, Flávia. Novidade: **A igualdade está ficando igual**. VEJA São Paulo, Edição especial, n.48, p.66-70. Maio 2000.

TAFNER, P. (org) Brasil: O estado de uma nação-mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

KUME, H... PIANI, G, SOUZA, CF. A política brasileira de importação no período 1987-1998; descrição e avaliação. A abertura comercial brasileira nos anos 1990. Rio de Janeiro: IPEA; 2000.



## ANEXO A – Distribuição setorial por gênero do emprego formal na cidade de Fortaleza no ano 2010.

Fortaleza

2010

Setores	Masculino	Feminino	F-M	ÍD
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	1.332	365	-967	0,20%
PRODUÇÃO FLORESTAL	6	0	-6	0,00%
PESCA E AQUICULTURA	46	10	-36	0,01%
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	3	0	-3	0,00%
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	166	97	-69	0,01%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	7.231	5.049	-2.182	0,11%
FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	1.899	513	-1.386	0,29%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	100	6	-94	0,02%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	2.692	1.027	-1.665	0,32%
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	10.748	27.939	17.191	6,43%
PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	2.319	1.996	-323	0,09%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	732	138	-594	0,13%
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	477	163	-314	0,06%
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	1.579	527	-1.052	0,21%
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS	798	203	-595	0,13%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	657	236	-421	0,08%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	303	217	-86	0,00%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	1.263	285	-978	0,21%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	1.192	153	-1.039	0,24%
METALURGIA	298	38	-260	0,06%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.582	314	-2.268	0,52%
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	383	143	-240	0,05%
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	915	292	-623	0,13%
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	834	96	-738	0,17%
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	514	66	-448	0,10%
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES	1.021	138	-883	0,20%
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	1.449	191	-1.258	0,29%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	759	363	-396	0,07%
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.176	209	-967	0,22%
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES	858	348	-510	0,09%
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	670	329	-341	0,06%
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS	6	5	-1	0,00%
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS	2.671	128	-2.543	0,60%
DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS	24	3	-21	0,00%

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	34.889	2.104	-32.785	7,72%
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	14.195	854	-13.341	3,14%
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	8.402	636	-7.766	1,82%
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	12.197	3.756	-8.441	1,72%
COMÉRCIO VAREJISTA	13.974	6.870	-7.104	1,15%
TRANSPORTE TERRESTRE	51.814	41.348	-10.466	0,88%
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	17.515	2.010	-15.505	3,57%
TRANSPORTE AÉREO	368	42	-326	0,07%
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	574	275	-299	0,05%
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA	2.971	634	-2.337	0,51%
ALOJAMENTO	2.790	565	-2.225	0,49%
ALIMENTAÇÃO	2.155	2.385	230	0,25%
EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA	14.625	8.763	-5.862	0,69%
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	1.692	892	-800	0,12%
TELECOMUNICAÇÕES	386	220	-166	0,02%
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.150	633	-517	0,07%
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	1.197	547	-650	0,11%
ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	2.562	1.748	-814	0,05%
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	296	275	-21	0,02%
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	5.134	4.097	-1.037	0,09%
ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL	723	1.426	703	0,29%
SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS	440	755	315	0,14%
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.410	816	-594	0,08%
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO	1.924	2.683	759	0,40%
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	1.656	1.082	-574	0,05%
ATIVIDADES VETERINÁRIAS	2.488	378	-2.110	0,48%
ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS	351	243	-108	0,01%
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS	599	441	-158	0,00%
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO	886	654	-232	0,00%
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS	26	13	-13	0,00%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	4.275	2.510	-1.765	0,22%
EDUCAÇÃO	15.731	11.034	-4.697	0,22%
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA	551	664	113	0,08%
	9.900	503	-9.397	2,22%
	20.885	9.242	-11.643	2,04%
	10.380	12.780	2.400	1,63%
	68.028	89.340	21.312	12,46%
	15.746	19.118	3.372	2,38%
	5.075	15.293	10.218	3,71%

ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES	132	366	234	0,09%
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO	542	895	353	0,16%
ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS	167	126	-41	0,00%
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL	3	0	-3	0,00%
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS	29	34	5	0,00%
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER	1.577	934	-643	0,08%
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	11.763	14.032	2.269	1,70%
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	1.781	667	-1.114	0,21%
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.931	3.597	1.666	0,70%
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	30	36	6	0,00%
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	2	2	0	0,00%
Total	415.620	309.905	-105.715	
Índice de Dissimilaridade (2010)				ÍD=31,48%